

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO**

**INSTITUTO DE SAÚDE**

**THAYSSA ISHIZUKA FERREIRA DA SILVA**

**A IMPLEMENTAÇÃO DO EIXO DE PROMOÇÃO DA  
CULTURA DE PAZ, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO  
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE  
FRANCISCO MORATO - SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**

**2024**

**THAYSSA ISHIZUKA FERREIRA DA SILVA**

**A IMPLEMENTAÇÃO DO EIXO DE PROMOÇÃO DA  
CULTURA DE PAZ, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO  
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE  
FRANCISCO MORATO - SÃO PAULO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Saúde, para obtenção do título de  
Especialista em Saúde Coletiva.**

**Orientador: Prof. Dr. Mário Henrique da Mata  
Martins**

**SÃO PAULO**

**2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Saúde - IS

Silva, Thayssa Ishizuka Ferreira da

A implementação do eixo de promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania do programa saúde na escola no município de Francisco Morato – São Paulo / Thayssa Ishizuka Ferreira da Silva — São Paulo, 2024.

85 f.

Orientador (a): Prof<sup>º</sup> Dr. Mário Henrique da Mata Martins

Monografia (Especialização) – Instituto de Saúde – Secretaria de Estado da Saúde – Curso de Especialização em Saúde Coletiva

1. Cultura de Paz 2. Direitos Humanos 3. Cidadania 4. Promoção de saúde I. Martins, Mário H. da Mata

CDD: 362.1

Bibliotecária: Tania Izabel de Andrade CRB/8 7241

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os orixás, guias e entidades que sempre estiveram comigo nos momentos mais sombrios.

À minha família que sempre me amou e apoiou. Sou eternamente grata a vocês por tudo que vocês batalharam para que eu pudesse chegar aonde eu cheguei. Obrigada por serem minha base, eu amo muito vocês!

À minha querida amiga Natália que sempre esteve presente me apoiando, acolhendo, brigando, focando e compartilhando a vida. Sua amizade é meu porto seguro, amo muito você!

A todos os meus amigos que sempre me apoiaram e compreenderam quando não pude lhes dar atenção, dizendo “não posso, estou fazendo minha monografia”.

Ao meu orientador Mário Henrique da Mata Martins. Obrigada por ter aceitado o convite de me orientar e por sempre ter sido solícito, me escutando, apoiando, acolhendo, auxiliando em toda essa jornada que passamos juntos. Sem a sua valiosa orientação essa monografia não teria sido a mesma. Muito obrigada!

A todos os pesquisadores do Instituto de Saúde que me trouxeram aprendizados riquíssimos.

A todos os funcionários do Instituto de Saúde que sempre me auxiliaram quando eu mais precisava.

A todos os participantes desta pesquisa que aceitaram participar e contribuíram para que esta monografia pudesse ser desenvolvida.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação profissional e pessoal.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a mim mesma. Obrigada por não ter desistido, apesar de todos os obstáculos. Obrigada por ter continuado e persistido. Estou muito orgulhosa de toda nossa trajetória.

## RESUMO

Ao longo da história brasileira, a relação entre os setores da saúde e da educação foi marcada pela interconectividade, evoluindo de práticas higienistas-eugenistas para abordagens voltadas à prevenção de doenças e agravos à saúde e, sobretudo, à promoção da saúde nas escolas. Recentemente, a temática da violência escolar voltou a ser um objeto de notório interesse público, em especial para os setores da saúde e da educação, tendo em vista o aumento nos casos de atentados a escolas brasileiras. Isso tem convidado especialistas de diversas áreas a refletir sobre formas de promover um ambiente escolar saudável, capaz não apenas de prevenir violências, mas fomentar a paz. A presente monografia busca contribuir para essa meta, ao discutir a implementação do eixo 4 do Programa Saúde na Escola (PSE) – Promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos no município de Francisco Morato, São Paulo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com a gestoras, coordenadoras e diretoras dos setores da saúde e/ou educação e uma roda de conversa com estudantes de uma escola estadual no município. As falas foram organizadas em mapas dialógicos a partir dos quais emergiram três categorias diretamente relacionadas aos objetivos específicos deste estudo: a definição, descrição e avaliação das ações voltadas à promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos em Francisco Morato. Os resultados mostram que a gestão e os profissionais da ponta possuem um conhecimento limitado sobre a definição de promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos, assumindo-a a partir de uma perspectiva negativa, associada à ausência de violência, o que reflete em ações focadas na prevenção da violência. A falta de capacitação dos profissionais e a ausência de avaliação formal também parecem comprometer a eficácia das ações. Há falta de repertórios para falar sobre promoção de cultura de paz, direitos humanos e cidadania entre os estudantes, o que evidencia a necessidade de direcionamento melhor as ações do eixo 4 do PSE para esse público. A pesquisa ressalta a importância de investigações mais aprofundadas para compreender e aprimorar a implementação dessas práticas em Francisco Morato.

Palavras-Chave: Cultura de paz; Direitos Humanos; Cidadania; Promoção da Saúde.

## **ABSTRACT**

Throughout Brazilian history, the relationship between the health and education sectors has been marked by interconnectivity, evolving from hygienist-eugenic practices to approaches focused on preventing diseases and health issues, and, above all, promoting health in schools. Recently, the issue of school violence has once again become a subject of notable public interest, especially for the health and education sectors, given the increase in incidents targeting Brazilian schools. This has prompted experts from various fields to contemplate ways to foster a healthy school environment capable not only of preventing violence but also of promoting peace. This study aims at contributing to this goal by discussing the implementation of Axis 4 of the Health in Schools Program (PSE) – Promotion of Culture of Peace, Citizenship, and Human Rights in the municipality of Francisco Morato, São Paulo. It is a qualitative exploratory-descriptive research, and data were collected through semi-structured interviews with managers, coordinators, and directors from the health and/or education sectors, along with a focus group discussion with students from a state school in the municipality. The statements were organized into dialogical maps, from which three categories directly related to the specific objectives of this study emerged: the definition, description, and evaluation of actions aimed at promoting the culture of peace, citizenship, and human rights in Francisco Morato. The results show that management and frontline professionals have limited knowledge regarding the definition of culture of peace, citizenship, and human rights, perceiving it from a negative perspective associated with the absence of violence, leading to actions focused on violence prevention. The lack of professional training and the absence of formal evaluation also appear to compromise the effectiveness of these actions. There is a lack of social repertoires on promoting a culture of peace, human rights, and citizenship among students, underscoring the need for better targeting of Axis 4 of the PSE for this audience. The research emphasizes the importance of more in-depth investigations to understand and enhance the implementation of these practices in Francisco Morato.

Keywords: Culture of peace; Human Rights; Citizenship; Health Promotion

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Exemplo de quadro-síntese da análise

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

PSE - Programa Saúde na Escola

MES - Ministério da Educação e Saúde

PPP - Projeto Político Pedagógico

PNPS – Política Nacional de Promoção da Saúde

PS – Promoção da Saúde

IS – Instituto de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

SNAVE – Sistema nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

CTA – Centro de Testagem e Acolhimento

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1.1. Programa Saúde na Escola.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2. Cultura de Paz.....</b>	<b>15</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1. Objetivo Geral.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2. Objetivos Específicos.....</b>	<b>21</b>
<b>3. PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>22</b>
<b>3.1. Levantamento de Dados.....</b>	<b>22</b>
<b>3.2. Aspectos Éticos.....</b>	<b>23</b>
<b>3.3. Instrumentos e Procedimentos.....</b>	<b>23</b>
<b>3.3.1. Entrevistas.....</b>	<b>24</b>
<b>3.3.2. Roda de Conversa.....</b>	<b>24</b>
<b>3.4. Análise dos Dados.....</b>	<b>27</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>4.1. Gestoras da área da saúde e da educação.....</b>	<b>30</b>
<b>4.1.1. Como gestoras da saúde e da educação definem cultura de paz,                 direitos humanos e cidadania?.....</b>	<b>31</b>
<b>4.1.2. Como gestoras da saúde e da educação descrevem as ações                 municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos                 e cidadania?.....</b>	<b>33</b>
<b>4.1.3. Como gestoras da saúde e da educação avaliam as ações municipais                 voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e                 cidadania?.....</b>	<b>36</b>
<b>4.2. Coordenação de Educação e Direção do Núcleo de Violência.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2.1. Como a coordenação de educação de uma escola municipal e                 estadual e direção do núcleo de violência definem as ações                 municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos                 e cidadania?.....</b>	<b>39</b>

4.2.2. Como a coordenação de educação de uma escola municipal e estadual e direção do núcleo de violência descrevem as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?.....	42
4.2.3. Como a coordenação de educação de uma escola municipal e estadual e direção do núcleo de violência avaliam as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?.....	47
4.3. Estudantes de uma Escola Estadual do Município de Francisco Morato.....	50
4.3.1. Como estudantes de uma escola estadual de Francisco Morato definem cultura de paz, direitos humanos e cidadania?.....	50
4.3.2. Como os estudantes de uma escola estadual do município de Francisco Morato descrevem as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?.....	54
5. CONCLUSÃO.....	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
APÊNDICE A - TCLE (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO).....	66
APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE).....	67
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO/ROTEIRO PARA GESTÃO/PROFISSIONAIS DA SAÚDE (DIRETORIA/COORDENAÇÃO/TÉCNICOS DA UBS).....	68
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO/ROTEIRO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (DIRETORIA/COORDENAÇÃO/PROFESSORES).....	72
APÊNDICE E - MAPAS DIALÓGICOS.....	76
ANEXO A.....	80
ANEXO B.....	84

## 1. INTRODUÇÃO

O processo saúde-doença estende-se a uma diversidade de espaços, como o trabalho, a família e os ambientes públicos, bem como exige a atuação de diferentes políticas sociais públicas como a assistência social, a habitação e, no caso explorado por esta pesquisa, a educação. Compreender que a complexidade do processo saúde-doença não se limita ao território físico em que um cidadão reside e nem exclusivamente ao setor da saúde, requer um olhar ampliado sobre a prática profissional, o sujeito e o seu contexto social, permitindo abarcar uma leitura mais ampla dessa questão (Brasil, 2022).

É neste ensejo que a presente pesquisa busca corroborar a análise da implementação de um programa que articula as questões sanitárias às educacionais, reavivando uma atuação intersetorial de áreas que, embora imbricadas há décadas, foram institucionalmente cindidas no decorrer da história do Brasil. Nesta introdução resgatamos brevemente essa relação entre saúde e educação como políticas sociais públicas na história brasileira, o modelo biomédico que comumente orientou as práticas nesse campo e a emergência da prevenção e promoção à saúde como alternativas a esse modelo. É a partir desse panorama que apresentamos nosso estudo de caso do Programa Saúde na Escola no município de Francisco Morato.

No campo das políticas sociais públicas, os setores da saúde e da educação apresentam uma relação de muita compatibilidade, uma vez que ambos se baseiam na universalização de direitos fundamentais e universais que tiveram ações articuladas desde o início do Brasil República. No Brasil, as primeiras práticas pedagógicas em saúde nas escolas ocorreram na época da Primeira República, a partir de 1889. Eram baseadas em ações individualistas de cunho higienista-eugenista, nas quais se visava a mudança de comportamentos e atitudes para o desenvolvimento de uma “raça” produtiva e saudável. É importante salientar que essas práticas não consideravam as diversas condições de vida enfrentadas pelas crianças no contexto educacional, sendo majoritariamente pensadas de cima para baixo e sem participação ativa da sociedade (CARVALHO, 2015), marcando um vínculo entre saúde e educação moldado por um viés mais autoritário.

Embora esse vínculo tenha se iniciado a partir do século XIX, ele passa a ser reconhecido formalmente pela primeira vez apenas em 1930, logo após a chegada

de Getúlio Vargas ao poder, quando foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública. Esse Ministério contemplava o desenvolvimento de atividades diversas que abrangiam desde esportes ao cuidado ambiental, englobando uma série de elementos que integravam educação e saúde. Todavia, visto o aumento contínuo de demandas, a operacionalização integrada dessas áreas se mostrou cada vez mais difícil, o que culminou na necessidade de separá-las enquanto ministérios em 1953.

Com a fragmentação do Ministério da Educação e Saúde (MES), no Ministério da Saúde e no Ministério da Educação e Cultura, ambos passaram a ter autonomia institucional para a formulação e execução de políticas públicas nas suas respectivas áreas. Se por um lado essa autonomia permite maior flexibilidade e direcionamento de ações, ela rompe o vínculo naturalizado institucionalmente entre educação e saúde, exigindo incluir no repertório de gestores e profissionais uma palavra de difícil operacionalização: a intersetorialidade.

A intersetorialidade, no campo da saúde e da educação, é fundamental, uma vez que apenas um setor não consegue abranger a realidade social em sua totalidade e resolver a complexidade de questões sociais de forma efetiva (CARVALHO, 2015). Desde o momento da fragmentação dos ministérios até o início dos anos 2000, muitas iniciativas e abordagens em saúde buscaram destacar o espaço escolar, mas reduziam esse espaço à atuação com os estudantes. Majoritariamente, essas práticas tiveram como foco a transmissão de primeiros socorros e de cuidados de higiene, além da garantia de assistência médica e/ou odontológica, com o intuito da medicalização e/ou do diagnóstico clínico-psíquico dos fracassos do processo ensino-aprendizagem. Em resumo, os profissionais da saúde atuaram nas escolas a partir de uma lógica biomédica, com vistas ao diagnóstico e medicalização que, por consequência, corroboraram a manutenção do *status-quo* e a reprodução das desigualdades sociais e econômicas (Patto, 2000).

Tendo em vista esse panorama, muitos educadores e sanitaristas influenciados pelo movimento de promoção da saúde (PS) - surgido em 1980 no Canadá - durante a Conferência de Ottawa, reagindo e propondo novos modos de se promover saúde, tendo como foco os conceitos ampliados de saúde, integralidade e a produção de autonomia e cidadania dos sujeitos. Sendo a PS definida pela Política Nacional de Promoção da Saúde como:

um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial [...] buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social (BRASIL, 2014).

Fundamentada nisso, a PS amplia a compreensão de que a saúde vai além da mera ausência de doença, conceito proposto em 1950 pela OMS (Organização Mundial de Saúde), e passa a compreendê-la como um estado positivo (CARVALHO, 2015), sendo considerada como “uma rede complexa de interdependências e inter-relações na qual não é possível estabelecer uma causalidade linear” (Fraga et al., 2013, p.144).

Para Carvalho (2015, p. 6), a educação em saúde passa a se tornar um dos pilares estratégicos para a promoção da saúde, uma vez que, visa intervir “na realidade concreta de vida de cada sujeito, buscando a qualidade de vida, ou seja, ser uma educação para a cidadania”, lutando a favor da autonomia, da participação e da interlocução entre os saberes e prática, bem como de projetos de emancipação, justiça, equidade e solidariedade, ressaltando as singularidades de cada sujeito e suas respectivas representações sociais de direitos e cidadania, saúde e doença (CARVALHO, 2015).

Neste ensejo, a promoção da saúde possui como eixo fundamental o fortalecimento da autonomia. Czeresnia (2009) compreende que a proposta da promoção está ligada com o fortalecimento individual e coletivo diante dos vários fatores que interferem na dimensão da saúde. Desta forma, a autora defende que:

Promoção, nesse sentido, vai além de uma aplicação técnica e normativa, aceitando-se que não basta conhecer o funcionamento das doenças e encontrar mecanismos para seu controle. Essa concepção diz respeito ao fortalecimento da saúde por meio da construção de capacidade de escolha, bem como à utilização do conhecimento com o discernimento de atentar para as diferenças e singularidades dos acontecimentos (Czeresnia, 2009, p.51)

A compreensão acerca do processo saúde-doença, na perspectiva da promoção da saúde, passa a considerar determinantes estruturais na conjuntura do país, como a questão do desemprego, ausência de saneamento básico e moradia, violência, ambientes saudáveis e outros determinantes como o acesso à educação de qualidade, pública e universal (Brasil, 2010). Esse último elemento coloca a educação como um dos determinantes da saúde e chama a atenção para a

necessidade de retomar o vínculo entre saúde e educação, só que agora em novos termos e práticas que visem superar a visão biomédica totalizante e reducionista das atuações precedentes.

Além da lógica da promoção da saúde, o conceito de prevenção, conforme o Caderno de Atenção Primária - Rastreamento (2013), é compreendido como a ação que visa à redução de mortalidade e morbidade das pessoas, a qual apresenta-se em quatro níveis. O primeiro está voltado para ações anteriores ao desenvolvimento de um quadro clínico, focado em impedir causas e fatores de risco, no caso, complicações de saúde individual e populacional. O nível secundário refere-se à ação objetivada na identificação antecipada de um problema de saúde, em seu estágio inicial, que contribui para o diagnóstico final, procedimentos de tratamento e reduzindo a propagação e as consequências a longo prazo (Brasil, 2013).

Na prevenção terciária, por sua vez, busca-se contribuir para a redução de complicações na saúde decorrentes de problemas crônicos ou agudos, considerando-se a reabilitação. E no quarto nível:

De acordo com o dicionário da WONCA (World Organization of Family Doctors) é a detecção de indivíduos em risco de intervenções, diagnósticas e/ou terapêuticas, excessivas para protegê-los de novas intervenções médicas inapropriadas e sugerir-lhes alternativas eticamente aceitáveis (Brasil, 2013, p. 15)

Dessa forma, ao pensar sobre a concepção de prevenção em saúde, Czeresnia (2009) compreende que o saber epidemiológico moderno deve constituir o pilar do discurso preventivo. Através do conhecimento científico e das indicações acerca de modificação de hábitos, os planejamentos sobre prevenção, bem como sobre educação em saúde devem ser elaborados.

Contra o modelo biomédico clássico, práticas de prevenção e promoção da saúde nas escolas passaram a ter mais relevância e atenção para o investimento público. As discussões acerca da promoção de saúde e prevenção devem considerar os fatores estruturantes que interferem na qualidade de vida da população. Os determinantes sociais da saúde resultam de um conjunto de condições da vida diária e determinantes estruturais que contribuem para grande parte das desigualdades na saúde no território brasileiro e entre outros países (Organização Mundial da Saúde, 2010).

Contudo, compreendemos que devido às ações preventivas possuírem como base o conhecimento epidemiológico, elas possuirão práticas orientadas a evitar o surgimento de doenças específicas, reduzindo sua incidência e prevalência nas populações. Sendo assim, seu objetivo é o controle da transmissão de doenças infecciosas e a redução do risco de doenças degenerativas ou outros agravos específicos, como a violência. Terris (1990), irá explicar que as ações promocionais, por sua vez, possuem como objetivo a transformação das condições de vida e de trabalho que conformam a estrutura subjacente aos problemas de saúde, demandando uma abordagem intersetorial (Czeresnia, 1999). Essa diferenciação se tornará importante neste trabalho no instante em que analisarmos as ações desenvolvidas em um dos eixos do programa alvo de nossa discussão.

### **1.1 Programa Saúde na Escola (PSE)**

Um reflexo desse movimento de ampliação dos modos de se promover e conceber a saúde foi a criação e a incorporação da Política Nacional de Promoção da Saúde (2006) ao SUS e ao Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas, favorecendo a realização de ações intersetoriais. Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído como uma política intersetorial (Ministério da Educação e Ministério da Saúde) pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, como estratégia de fortalecimento de ações que integrem esses dois setores. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes através de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, tendo como premissa o enfrentamento de vulnerabilidades, a ampliação da articulação de experiências e saberes no planejamento, na realização e na avaliação das ações para alcançar o desenvolvimento integral dos estudantes da rede pública de educação básica, além de apoiar o processo formativo dos profissionais da educação e da saúde forma contínua e permanente (Brasil, 2011). Para Sá (2020, p.1) “busca-se refletir sobre uma prática educativa emancipatória, que transforma saberes existentes, no intuito de fomentar o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos indivíduos no cuidado com a saúde”.

Para que ocorra a implementação do PSE em um município, é necessário que ele se credencie na plataforma e-Gestor Atenção Básica (plataforma WEB que oferta o acesso aos sistemas da Atenção Primária (APS), e apresenta informações para

apoio à gestão nos estados e municípios dos programas e serviços disponíveis), em datas já pré-determinadas. A adesão compreende um compromisso formal entre os gestores municipais com os ministérios da Saúde e da Educação, no qual os municípios selecionam as escolas da rede pública que irão participar do programa para receber auxílio do governo federal (BRASIL, 2017).

O PSE é implementado com base em cinco componentes: avaliação das condições de saúde das crianças, adolescentes e jovens das escolas públicas; promoção da saúde e ações de prevenção de doenças e de agravos à saúde; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; monitoramento e avaliação do programa; educação continuada e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens (BRASIL, 2011).

As ações de promoção, prevenção e atenção à saúde são desenvolvidas pelas escolas e unidades básicas de saúde (UBS) a partir das necessidades observadas no território. Todavia, o PSE sugere 13 ações que devem ser abordadas de acordo com a faixa etária dos educandos, são elas:

1. Saúde Ambiental- Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*
2. Promoção das práticas Corporais, da Atividade Física e do lazer nas escolas;
3. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;
4. Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos;
5. Prevenção das violências e dos acidentes;
6. Identificação de educandos com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação;
7. Promoção e Avaliação de Saúde bucal e aplicação tópica de flúor;
8. Verificação e atualização da situação vacinal;
9. Promoção de a segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
10. Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.
11. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de IST/AIDS;
12. Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.
13. Prevenção da covid-19.

Dentre essas 13 ações do PSE, essa pesquisa teve como enfoque o eixo 4, referente à promoção da cultura da paz, direitos humanos e cidadania em Francisco Morato, município localizado na Grande São Paulo. A escolha desse município deve-se ao fato do Instituto de Saúde (IS) possuir uma parceria com ele desde 2022, sendo campo de prática do Curso de Especialização em Saúde Coletiva. Além disso, Francisco Morato aderiu ao PSE somente em 2018, havendo um hiato de 11 anos, desde a sua criação em 2007. É um município com uma alta taxa de vulnerabilidade social, possuindo uma das menores rendas per capita do estado de São Paulo – média mensal de 2,2 salários mínimos – e uma proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de apenas 6,2%, cerca de metade dos habitantes de Francisco Morato é beneficiária do Programa Bolsa Família; e mais de 34.000 famílias moratenses estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), quase 60% delas em extrema pobreza (FRANCISCO MORATO, 2022).

A partir desse cenário e da demanda do município de estudos referentes a essa temática, essa pesquisa objetivou compreender a implementação do eixo 4 do PSE, referente à Promoção de Cultura de Paz, Direitos Humanos e Cidadania em Francisco Morato, a partir da análise do discurso de gestores de saúde, da educação e de estudantes sobre esse tema.

## **1.2. Cultura de Paz**

A fim de compreender melhor a relevância desse tema, vale um breve resgate da história desse eixo de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos. Após a Segunda Guerra Mundial, a mobilização social em prol da paz atingiu novos níveis e, desde então, tem englobado novos setores e atores sociais (Boschi, 2018). No Brasil, a preocupação com a paz, em termos da agenda nacional, ainda é muito recente, todavia, a paz tornou-se necessidade básica para a população e meta para os governantes do país.

A palavra “paz” frequentemente é definida/associada, em dicionários, à ausência de conflitos ou dissensões, à cessação total de hostilidade entre Estados e à ausência de guerra (Dantas, 2015). Assim, no senso comum, a paz e a violência frequentemente são percebidas como opostas e interligadas de forma intrínseca. A ideia de que a paz é a solução para a violência é amplamente difundida, e essa

conexão é evidenciada em diversas esferas da sociedade, incluindo na cultura, na política e na filosofia. A díade eterna entre paz e violência é, portanto, uma construção social e cultural que molda a maneira como compreendemos e abordamos esses temas (Martins et al., 2016). Todavia, essa perspectiva, ainda é entendida de forma reducionista, fundamentalmente vinculada à redução das mortes violentas e criminalidade (Côrrea, 2003).

Para a autora Dupret (2002, p.1), quando o conceito de paz é abordado em seu sentido negativo, ele é caracterizado como “um estado de não-guerra, em ausência de conflito, em passividade e permissividade, sem dinamismo próprio; em síntese, condenada a um vazio, a uma não existência palpável, difícil de se concretizar e precisar”. Por outro lado, quando a paz é abordada a partir de uma perspectiva positiva, seu conceito transcende esses limites, não sendo meramente o oposto da guerra, “mas a prática da não violência para resolver conflitos, a prática do diálogo na relação entre pessoas, a postura democrática frente à vida, que pressupõe a dinâmica da cooperação planejada e o movimento constante da instalação de justiça” (Dupret, 2022, p. 1, 2022).

Gorczevski e Tauchen (2008, p.72), definem paz como:

A paz é uma prática cultural que precisa ser aprendida, cultivada. Não é algo pronto; é um contínuo aprender, fazer, refazer, um dos maiores desejos e desafios da grande maioria da humanidade. Entender a paz como construção cultural e como noção pedagógica leva-nos a superar uma certa compreensão abstrata e idealista, e coloca a como uma ação que está ao nosso alcance. A paz precisa ser entendida.

A partir dessa perspectiva, a paz não é limitada a ser apenas um estado de harmonia e tranquilidade. Ela é, em vez disso, uma edificação associada a um modelo de vida e à abordagem de conflitos que rejeita de forma incisiva qualquer ação que a viole ou se afaste dela, independente do cenário. É uma busca ininterrupta e constante, em que a postura ética e o comprometimento com o bem coletivo são elementos fundamentais e princípios essenciais para atingi-la (Dupret, 2022).

Tendo em vista o exposto acima, o que seria então uma cultura de paz? Ao longo da história, diversas agências não governamentais, governos de vários países, órgãos, instituições e diversos movimentos sociais elaboraram inúmeros documentos normativos e de orientações sobre a promoção de uma cultura de paz e

dos direitos humanos. Esses documentos visam estabelecer princípios, diretrizes e estratégias para fomentar a paz, a justiça, a igualdade e o respeito pelos direitos humanos em níveis local, nacional e global. Eles desempenham um papel crucial na articulação de políticas e práticas que buscam criar ambientes propícios para a convivência pacífica, o respeito à diversidade e o fortalecimento da coesão social (Dantas, 2015)

Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) através da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, definiu cultura de paz, da seguinte maneira:

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados:

- a) No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação;
- b) No pleno respeito aos princípios de soberania, integridade territorial e independência política dos Estados e de não ingerência nos assuntos que são, essencialmente, de jurisdição interna dos Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional;
- c) No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;
- d) No compromisso com a solução pacífica dos conflitos;
- e) Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras;
- f) No respeito e promoção do direito ao desenvolvimento;
- g) No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; h) No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação;
- i) Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz (Grifo da autora)

Assim, o PSE se fundamenta no conceito de cultura de paz conforme expresso nos documentos internacionais e na Política Nacional de Promoção da Saúde, em que, a “cultura de paz e de direitos humanos” é enfatizada como um dos temas extremamente relevantes. A PNPS define como:

A promoção da cultura da paz e de direitos humanos, que compreende promover, articular e mobilizar ações que estimulem a convivência, a solidariedade, o respeito à vida e o fortalecimento de vínculos, para o desenvolvimento de tecnologias sociais que favoreçam a mediação de conflitos, o respeito às diversidades e diferenças de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero, entre gerações, étnico-raciais, culturais, territoriais, de classe social e relacionada às pessoas com deficiências e necessidades especiais, garantindo os direitos humanos e as liberdades fundamentais, articulando a RAS com as demais redes de proteção social, produzindo informação qualificada e capaz de gerar intervenções individuais e coletivas, contribuindo para a redução das violências e para a cultura de paz (BRASIL, 2014, p.14).

Dessa forma, compreendemos que preparar indivíduos para a promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos implica formar sujeitos mais engajados nos diversos processos educacionais e sociais, conscientes de seus direitos e responsabilidades, comprometidos em combater as injustiças sociais e em defender uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Para alcançar esse objetivo, é crucial garantir-lhes amplo acesso à educação e aos demais direitos humanos.

Com base nisso, a escola se torna o um lugar de referência na implementação desse eixo do PSE, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento integral de jovens, crianças e adolescentes, que passam grande parte de suas vidas nela. Apesar de ser atravessada por muitas contradições e conflitos, a escola é por excelência um espaço privilegiado para a reflexão e formação da consciência crítica e de valores voltados para a promoção da cultura de paz, direitos humanos e do exercício da cidadania. No contexto da promoção da saúde, as ações educativas podem contribuir para a formação de cidadãos críticos, responsáveis e capazes de tomar decisões e fazer escolhas saudáveis, uma vez que envolve a implementação de um conjunto de ações e estratégias que visam aumentar o conhecimento das pessoas e comunidades sobre os cuidados para promover saúde e prevenir doenças, bem como sobre como exercer os seus direitos humanos por meio da cidadania, com o propósito de melhorar a qualidade de vida e fomentar a cultura de paz, como disse Dusi (2006, p. 29):

O contexto escolar, dessa forma, enquanto espaço de manifestação e vivência da realidade subjetiva do sujeito, a despeito do reconhecimento e da relevância social dos demais campos nos quais se insere, apresenta-se como lócus privilegiado de observação e intervenção frente à realidade social. Espaço de formação e aprendizagem, a instituição educativa envolve uma ação para além do espaço cognitivo ou da prática curricular, constituindo um espaço de interações sociais, crescimento integral e construção cultural.

Contudo, ainda no senso comum, a promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos é associada ao combate à violência, assim, as estratégias adotadas pelas instituições para a promoção desse eixo estão atreladas a ações preventivas e de combate desse fenômeno. Essa concepção entra com muita força em virtude dos altos índices de ataques escolares que ocorreram no ano de 2023, tornando essa vinculação entre promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos e prevenção da violência ainda mais fortalecida (Brasil, 2023).

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, através do Disque 100, registrou no período de janeiro a setembro de 2023, 9.530 denúncias referentes às violências em instituições de ensino. Conforme a análise do MDHC, houve um aumento de cerca de 50% em comparação ao mesmo período do ano anterior (2022), quando mais de 6,3 mil denúncias foram registradas. As regiões do Brasil que sofrem com a maior quantidade de denúncias são, respectivamente, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, “quando observadas as violações registradas, o aumento entre 2022 e 2023 alcança o patamar de 143.5%, saltando de 20.605 no ano passado para 50.186 neste ano” (MDHC, 2023).

Todavia, apesar de recentemente ter se instituído a Lei 14.643/2023, que sanciona a criação do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), os dados de violência nas escolas se baseiam em reportagens de imprensa e “quando disponíveis, boletins de ocorrência e processos judiciais”, como expõe Langeani (2023, p. 5). Assim, é crucial destacar a importância da falta de registro oficiais para entender a gravidade desse problema. Dessa forma, os dados de violência nas escolas de Francisco Morato não foram encontrados nas plataformas e nem fornecido pelas entrevistas para que pudessem ser analisados nesta pesquisa, evidenciando-se novamente, o problema da ausência de acesso a dados oficiais, sendo crucial, uma vez que, o tratamento da questão exige

imediatamente dados confiáveis que possam ser minuciosamente analisados (Brasil, 2023).

É fundamental enfatizar que focar exclusivamente nos ataques às escolas não é suficiente para desenvolver políticas públicas eficazes no combate ao problema ou na promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos. É fundamental considerar as outras formas de relações e contextos que estão presentes e que se atravessam no ambiente escolar que contribuem para tais ataques.

Diante do exposto, quando falamos de promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, não é a mesma coisa do que falarmos sobre prevenção à violência. Isso é reconhecido na política do PSE, uma vez que, o eixo temático 5 se dedica exclusivamente à prevenção à violência e acidentes. Logo, o entendimento de que ambos os fenômenos são diferentes está posto na própria política. Assim, considerando que para realizar uma discussão sobre a implementação do eixo temático 4 do PSE, sobre a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, é fundamental levar em conta todos esses aspectos de forma a apreender a diversidade desse fenômeno, indagamos: o que seria promover essa cultura de paz, cidadania e direitos humanos nas escolas sem limitar as ações à prevenção da violência no município de Francisco Morato?

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral:**

- Discutir a implementação do eixo de Promoção de Cultura de Paz, Direitos Humanos e Cidadania no município de Francisco Morato

### **2.2. Objetivos Específicos:**

- Analisar as definições de gestoras, coordenadoras, diretoras e profissionais da saúde e da educação, bem como de estudantes do Ensino Médio de uma Escola Pública sobre o eixo de promoção da Cultura da Paz, Direitos Humanos e Cidadania do Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Francisco Morato;
- Mapear ações intersetoriais que promovam a Cultura da Paz, Direitos Humanos e Cidadania do PSE nas descrições de práticas gestoras, coordenadoras, diretoras e profissionais da saúde e da educação, bem como de estudantes do ensino médio de uma escola pública;
- Identificar os métodos avaliativos das ações intersetoriais da saúde e da educação do PSE que promovam a Cultura da Paz, Direitos Humanos e Cidadania no município de Francisco Morato.

## **3. PERCURSO METODOLÓGICO**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2001), de caráter exploratório-descritivo, desenvolvido no município de Francisco Morato, situado na região metropolitana de São Paulo, que teve como encomenda da prefeitura a análise do eixo de Promoção de Cultura de Paz, Direitos Humanos e Cidadania do Programa Saúde na Escola (PSE) a partir da percepção e das ações de gestoras, coordenadoras, diretoras e profissionais da saúde e da educação, bem como de estudantes do ensino médio de uma escola pública do município.

### **3.1. LEVANTAMENTO DE DADOS**

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa do Programa Saúde na Escola (PSE) no Município de Francisco Morato, desenvolvido pelas especializadas e pesquisadores do curso de Especialização em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde do ano letivo de 2023, em parceria com a autarquia SAME do município de Francisco Morato. O Projeto foi subdividido em três eixos: (1) Barreiras e facilitadores da implementação do Programa Saúde na Escola; (2) Análise do Programa Saúde na Escola; (3) Implementação do eixo de promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania do Programa Saúde na Escola.

Como procedimento inicial, foi realizado um levantamento de dados e de revisão bibliográfica do que se tinha de material referente ao Programa Saúde na Escola (PSE). A partir disso, no Excel, as especializadas classificaram os conteúdos encontrados em 5 categorias: (1) Literatura; (2) Política; (3) Portaria Ministerial; (4) Leis Federais; (5) Resoluções.

Ao longo desse processo, foi possível discutir e compreender melhor essa política intersetorial. Durante os encontros entre as especializadas e os pesquisadores. No que se refere ao eixo 2 do projeto, percebeu-se a necessidade da realização de entrevistas com profissionais da saúde, da educação e alunos, para entender como falam sobre a promoção da Cultura da Paz, Cidadania e Direitos Humanos. Além de identificar quais ações são realizadas e/ou desenvolvidas por estes profissionais e alunos neste município.

### **3.2. ASPECTOS ÉTICOS**

O Projeto foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, subordinado tecnicamente à Comissão Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde (CEPIS).

Os profissionais e alunos entrevistados foram convidados a participar deste estudo pelos pesquisadores e especializadas em saúde coletiva do Instituto de Saúde, no qual, foram previamente orientados e informados sobre a finalidade da pesquisa. Todos que participaram desta pesquisa, preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), no caso dos estudantes. Desta forma, os depoimentos e as respostas obtidas durante os encontros foram anotados e gravados, garantindo o anonimato, o sigilo, o respeito à privacidade e à intimidade, garantindo-lhes a liberdade de participar ou declinar da pesquisa no momento em que desejassem, respeitando a Resolução n466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

### **3.3. INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS**

Os instrumentos utilizados para a realização da coleta de dados desta pesquisa foram a roda de conversa e entrevistas semiestruturadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de falar sobre o tema livremente, sem ficar preso a alguma questão pré-formulada, e rodas de conversa. Essas ferramentas foram utilizadas tendo em vista o potencial em valorizar o diálogo entre a pesquisadora e o participante, caracterizando-se em uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala como ações: ao falar, não apenas representamos o mundo como também fazemos coisas com as palavras: damos ordens, expressamos emoções, criamos novas formas de relação (SPINK, 2011).

Os roteiros de entrevista e de facilitação da roda de conversa foram desenvolvidos após o levantamento de dados, leituras bibliográficas e discussões. No âmbito da entrevista, foram elaborados dois roteiros específicos para cada área profissional: um para os profissionais da saúde e o outro para os profissionais da educação, visto que o Programa Saúde na Escola é uma política intersetorial (Ministério da Educação e Ministério da Saúde). O roteiro para os estudantes seguiu a mesma lógica das entrevistas semiestruturadas, mas com foco nas experiências pessoais deles sobre o tema na escola.

### **3.3.1 ENTREVISTAS**

Os roteiros de entrevista foram construídos em 3 blocos: (1) Implementação do PSE no território em que localiza a instituição na qual você atua; (2) Eixo da promoção da saúde e prevenção de doenças; (3) Eixo da promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos (Apêndices C e D).

O foco deste estudo é o eixo da promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos. Assim, as perguntas deste bloco nos dois roteiros, possuem como propósito promover entendimento sobre como esses profissionais percebem esse eixo; o que precisa ser feito para que ele ocorra; quais ações têm sido executadas para a sua promoção e, caso haja, quais os métodos avaliativos que eles utilizam para avaliar essas ações.

Foram realizadas 7 entrevistas com 4 profissionais da educação (1 coordenadora pedagógica, 1 coordenadora de uma escola estadual, 1 gestora da coordenação de Educação do Município e 1 vice-diretora de uma escola estadual), 2 profissionais da saúde (gestoras de Unidades Básica de Saúde) e 1 diretora do Núcleo de Violência do Município de Francisco Morato. Devido a disponibilidade dos entrevistados, duas entrevistas foram feitas de forma presencial e as outras quatro de forma remota através da plataforma Zoom e Google Meet.

### **3.3.2. RODA DE CONVERSA**

Ao longo dos estudos e entrevistas realizadas, foi identificada a necessidade de compreender a percepção dos alunos diante do eixo de promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos do PSE.

Com esse intuito, os pesquisadores optaram em realizar uma roda de conversa com estudantes de uma Escola Estadual do Município de Francisco Morato, uma vez que, a utilização do método de roda de conversa proporciona um espaço no qual os participantes possam se sentir à vontade para falarem, compartilharem, escutarem, sentirem e pensarem. Assim, a roda de conversa possibilita uma interação dialógica entre os participantes e os pesquisadores, em que, cada fala é

construída a partir da interação com o outro, seja para concordar, discordar, complementar e/ou argumentar (PRATA, 2018).

A Roda de Conversa é um recurso que possibilita um maior intercâmbio de informações, possibilitando fluidez de discursos e de negociações diversas entre pesquisadores e participantes. Inicia-se com a exposição de um tema pelo pesquisador a um grupo (selecionado de acordo com os objetivos da pesquisa) e, a partir disso, as pessoas apresentam suas elaborações sobre ele, sendo que cada uma instiga outra a falar, argumentando e contra-argumentando entre si, posicionando-se e ouvindo o posicionamento do outro (MELLO et al., 2007, p.30).

Por conseguinte, as rodas de conversa possibilitam a (re)produção de narrativas individuais e/ou coletivas, promovendo o que as autoras Moura e Lima (2014) irão denominar como “ressonância coletiva”, uma vez que, se constitui um espaço de construção, reconstrução, produção, reprodução de conceitos, argumentos, vivências, inserções sociais, experiências subjetivas, a partir da escuta e do diálogo com o outro e para com si, com o propósito de construir e reconstruir novos saberes e conhecimentos acerca da temática proposta a partir daquele encontro.

O sujeito é sempre um narrador em potencial. O fato é que ele não narra sozinho, reproduz vozes, discursos e memórias de outras pessoas, que se associam à sua no processo de rememoração e de socialização, e o discurso narrativo, no caso da roda de conversa, é uma construção coletiva (MOURA & LIMA, 2014, p.100)

Com isso, a roda de conversa realizada com os alunos foi inspirada pela pesquisa “*Ações locais e prevenção: um estudo com adolescentes que vivem em áreas de risco socioambiental*” dos pesquisadores Roberth M. Tavanti e Mary Jane Spink (2014).

Devido ao curto tempo de realização da pesquisa, foi feita apenas uma roda de conversa que contava com o número de 15 adolescentes (desse quantitativo, 9 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino, entre as faixas etárias de 15 e 16 anos), 1 coordenadora e 3 observadores. A roda de conversa teve duração média de 1 hora e 30 minutos, e foi dividida em 4 etapas: 1) dinâmica de apresentação; 2)

atividade para compreender o que os alunos entendiam como Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos (Atividade A); 3) memórias de situações em que os participantes vivenciaram ou não a Cultura de Paz, Cidadania e Direitos humanos (Atividade B); 4) ações que os alunos consideram que promoveriam a Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos (Atividade C).

Inicialmente, foi reforçado aos alunos a necessidade da leitura e da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e também do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos seus respectivos responsáveis para que eles pudessem participar da pesquisa.

A primeira etapa da roda de conversa, teve como finalidade a apresentação da coordenadora e dos alunos, bem como a explicação sobre como ela iria funcionar. Neste momento, iniciou-se a gravação com a devida autorização dos participantes (duração de 10 minutos).

A segunda etapa (Atividade A) teve como objetivo compreender o que esses alunos entendiam dos conceitos de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos. Neste momento, foi solicitado que os 15 alunos se dividissem em 3 trios e 3 duplas. Posteriormente, a coordenadora separou 3 blocos de folhas sulfite com 3 cores diferentes (amarelo, azul e rosa) e entregou para cada grupo uma folha. Cada cor representava um conceito: Cultura da paz – Amarelo; Cidadania – Rosa e Direitos Humanos – Azul. Desta forma, formaram-se dois grupos responsáveis pelo tema da Cultura de Paz, dois grupos sobre Cidadania e dois grupos sobre Direitos Humanos. Após isso, a coordenadora orientou os alunos que receberam a folha sulfite amarela, escreverem e/ou desenharem o que eles compreendiam sobre Cultura da Paz. A mesma instrução foi dada aos demais grupos: os que receberam a folha sulfite rosa ficaram encarregados pela discussão sobre Cidadania e os que receberam a folha sulfite azul, pela discussão sobre Direitos Humanos. Durante esta atividade, não foi restringido o uso de qualquer fonte de informação, sendo inclusive permitida a utilização de aparelhos celulares pois queríamos depois entender de onde advieram os conteúdos apresentados (duração de 15 minutos). Em seguida, foi solicitado que cada grupo explicasse em voz alta o que eles produziram e como foi o processo de construção daquele conteúdo que eles realizaram (duração de 12 minutos).

A terceira etapa (Atividade B) foi dedicada em escutar os relatos de experiências pessoais e/ou coletivas dos alunos, no qual, eles puderam reconhecer e/ou vivenciaram a presença ou a ausência da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos (15 minutos). Durante essa etapa, a coordenadora e os observadores provocaram conteúdos que atravessavam esses três conceitos, como a questão das violências nas escolas, com o intuito de produzir uma dinâmica mais participativa entre os alunos e os pesquisadores, priorizando a troca e o compartilhamento entre todos (35 minutos).

A quarta etapa (Atividade C) e a final da roda de conversa, possuía como finalidade, a promoção de uma discussão das possíveis ações que os alunos considerassem que colaborariam para a promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos nas escolas (15 minutos). Por fim, a coordenadora e os observadores agradeceram a disponibilidade e a participação dos alunos e foi encerrada a Roda de Conversa.

### **3.4. ANÁLISE DOS DADOS**

Para o registro das informações que foram colhidas durante as entrevistas e a roda de conversa, primeiramente foi realizada a transcrição integral (TI) das falas registradas na gravação de áudio, devidamente autorizada pelos participantes.

A transcrição integral do áudio ou vídeo inclui todas as falas e expressões comunicadas, ou seja, é feita literal, de modo a preservarmos o discurso original do contexto de pesquisa. Temos assim quem fala, sobre o que fala e como cada um/a fala (Nascimento, V. L. V. et. al, 2014, p.258).

Após a realização das transcrições, a análise teórica-metodológica dos dados obtidos foi realizada com base nos estudos das práticas discursivas e produção de sentidos de Mary Jane Spink (1999, p.26):

As práticas discursivas são linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas. As práticas discursivas têm como elementos

constitutivos: “a dinâmica, ou seja, os enunciados orientados por vozes; as formas, que são os speech genres (conceitos que focalizam, portanto, o habitual gerado pelo processos de institucionalização); e os conteúdos, que são os repertórios interpretativos”.

Nesse estudo, portanto, buscou-se conhecer os sentidos que foram produzidos pelos participantes sobre a promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos, eixo do PSE. As falas captadas através das transcrições integrais, foram analisadas por meio da elaboração de mapas dialógicos. A escolha de utilizar esse método, decorre do fato de que o mapa dialógico oferece transparência ao processo de pesquisa e análise do pesquisador(a), atendendo aos critérios de rigores metodológicos, mas também, permite que o(a) leitor(a) identifique os passos de análise e compreenda as interpretações realizadas pelo(a) pesquisador(a), uma vez que a produção de conhecimento sempre ocorre contextualmente.

Esse modo de fazer pesquisa possibilita, portanto, a reflexibilidade do/a pesquisador/a, pois é também um posicionamento ético-político dar visibilidade aos procedimentos de pesquisa, à interpretação e à dialogia presente no contexto do trabalho, em que o/a pesquisador/a se posiciona e é posicionado/a (Nascimento et. al, 2014, pág. 135)

Os mapas dialógicos foram elaborados através do Excel, no qual buscou-se compreender a sequência das falas e os processos de interação dialógica por meio da esquematização visual da entrevista. Neste caso, se construiu uma tabela com as colunas de cada categoria, transferindo o conteúdo das entrevistas para as colunas e respeitando a sequência do diálogo, criando assim um efeito “escada”. Para isso, o diálogo é mantido intacto, sem fragmentação, sendo apenas deslocado para as colunas previamente definidas de acordo com os objetivos da pesquisa.

Desta forma, procurou-se registrar, através de categorias, o que os participantes falaram sobre: suas práticas profissionais, experiências, sentimentos, opiniões, inquietações e angústias. Após a identificação das falas dos sujeitos da pesquisa - através da utilização de nomenclaturas- e da devida numeração das linhas de cada fala, foi-se fazendo uma leitura sequencial dos discursos, representadas no eixo horizontal. A partir dessas etapas, emergiram 03 eixos que mais se evidenciaram nas falas dos participantes, estando diretamente ligados aos

objetivos desta pesquisa: (1) Definição de promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos; (2) Ações que promovem a Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos; (3) Avaliação dessas ações; representadas no eixo vertical, como no exemplo abaixo:

1. Exemplo de quadro-síntese da análise.

ANÁLISE X		
Definição	Ações	Avaliações

Fonte: elaborado pela própria pesquisadora

A próxima seção detalha os principais resultados, interpretações e discussões decorrentes dessa proposta analítica.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e a discussão dos resultados fundamentaram-se nos mapas dialógicos das entrevistas individuais com gestoras da saúde e da educação, coordenadoras de escolas estaduais e municipais, uma vice-diretora de escola estadual, uma diretora do núcleo de violência e da roda de conversa com estudantes de uma escola estadual em Francisco Morato. As falas nos mapas foram categorizadas a partir de temas específicos emergentes do processo dialógico, constando quem falou, sobre o que falou e de que maneira falou.

A seguir, evidenciamos alguns trechos categorizados, ilustrando a interação dialógica dos participantes da pesquisa. Preferiu-se dividir esse material em três blocos, que representam três perspectivas: (1) Gestão de Saúde e Educação; (2) Coordenação, Vice-Direção de uma Escola Estadual e Direção do Núcleo de

Violência de Francisco Morato; (3) Estudantes de uma Escola Estadual do Município. Esses blocos versam sobre a compreensão desses três grupos de atores em relação às definições, ações e avaliações do eixo de promoção de cultura da paz, cidadania e direitos humanos do PSE (Programa Saúde na Escola).

As perguntas que nortearam os diálogos foram:

- Como vocês têm definido a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos?
- Quais das ações do PSE têm sido desenvolvidas no âmbito da promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos?
- Vocês avaliam essas ações?

Nossas análises mostram perspectivas distintas e contradições entre os grupos analisados, até mesmo dentro de cada grupo. A pluralidade de entendimentos sobre a definição, execução e avaliação das ações relacionadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania no âmbito do Programa Saúde na Escola neste município destaca a complexidade do tema, mas tende a enfatizar mais a prevenção do que a promoção da saúde em si. Dessa forma, agora nos dedicaremos a uma análise mais aprofundada das falas de cada um desses atores, explorando suas percepções e contribuições para o cenário educacional em relação ao PSE.

#### **4.1. Gestoras da área da saúde e da educação:**

##### **4.1.1. Como gestoras da saúde e da educação definem cultura de paz, direitos humanos e cidadania?**

Esta seção se refere ao primeiro bloco das entrevistas que possui como objetivo a compreensão de gestoras da área da saúde e da educação de Francisco Morato no que diz respeito à definição de promoção de cultura da paz, cidadania e direitos humanos. Foram entrevistadas duas gestoras de duas unidades básicas de saúde (E e A) e uma gestora da Coordenação Municipal de Educação do Município de Francisco Morato (L).

Começaremos abordando as respostas de L. Quando L foi questionada sobre como definia promoção de cultura da paz, direitos humanos e cidadania relatou o seguinte:

*Então, a gente não discute, a gente não discutiu em relação a definições de cada uma delas, né. Então assim não é uma coisa que está pré-definida, alguma ação que vá pré-definida na escola em relação a esse tema [...] (L - L37 - L43).*

De acordo com L, não há discussão em relação às definições desta temática em sua experiência de trabalho. Assim, ela compreende que ao definir o que compreende por cultura de paz, direitos humanos e cidadania, estaria simultaneamente pré-definindo as ações em relação a esses temas. Embora a falta de uma definição seja uma lógica comum, pode levar a interpretações divergentes por parte dos envolvidos, resultando em um desalinhamento quanto aos objetivos do programa. Por conseguinte, isso pode vir a comprometer a eficácia das ações implementadas e a busca por metas compartilhadas. Sem uma base conceitual nítida, a implementação das ações voltadas para cultura de paz, cidadania e direitos humanos pode ocorrer de maneira inconsistente entre diferentes escolas e regiões e mesmo dentro de um mesmo equipamento de educação. Isso pode criar disparidades no impacto real do programa e dificuldades, inclusive, de avaliá-lo.

Essa questão é bastante discutida na literatura sobre a definição de políticas públicas, na qual compreende-se que é justamente a definição do que é um problema de política pública, que permite o planejamento para intervir sobre eles (Rocherfort & Cobb, 1994; Cohn, 2016). Na ausência disso, fica difícil manejar o planejamento das ações.

Essa posição é reforçada quando ela reitera:

*Então a gente não tem o que... o que eu quis dizer para você é que não tem nada direcionado, por exemplo, a gente vai com uma pré-definição, a gente vai com a acuidade visual, que é um tema pré-definido em relação a esse tema da cultura da paz. A gente não vai em relação... a gente não tem nenhum tema que esteja definido (L - L56 - L59).*

L reforça que não há uma definição específica ou direção pré-definida em relação à cultura de paz, direitos humanos e cidadania, igualando a ideia de definir e direcionar, nos levando a supor que a definição desses conceitos não fosse desejável no âmbito do programa. No entanto, a falta de clareza na resposta pode

indicar uma dificuldade em articular pensamentos ou uma falta de compreensão sobre os temas mencionados. L afirma inicialmente que "não tem o que... o que eu quis dizer", o que indica uma falta de clareza na comunicação. Em seguida, menciona que não há nada direcionado, mas depois fala sobre uma pré-definição relacionada à acuidade visual em relação ao tema da cultura da paz, uma contradição interna do discurso. Essas informações são valiosas no sentido de respaldar uma interpretação que a pesquisadora realizou da entrevista com L ao final do processo e que será mais bem detalhada nas próximas seções.

Se para L. não seria necessária uma definição, para E e A essa definição foi obtida por meio de suas descrições sobre as práticas. Isto porque ao realizar a entrevista com as gestoras da UBS, não foi possível realizar a pergunta específica sobre definição, devido a alta demanda que elas possuíam naquele dia. Assim, durante a entrevista, o enfoque inicial foi falar diretamente sobre as ações que elas realizam dentro do PSE no eixo da promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, a partir disso, inferimos suas definições sobre o tema:

*Eu convidei o rapaz da Proerd [Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência] então aí ele falou que vai falar sobre drogas né e vai falar também sobre essa questão de bullying, de violência... eu acho bacana (E - L4 - L6).*

Pode-se compreender que a gestora E relaciona o *bullying* e a violência como um problema a ser resolvido, pois só assim, a partir da resolução deles, que irá se promover a cultura de paz, cidadania e direitos humanos. Assim, E define a promoção de cultura de paz, direitos humanos e cidadania pelo seu sinônimo, ou seja, pela ausência de violência, ao mesmo tempo em que associa essa violência com o não uso de drogas, que é o objetivo do programa Proerd. Essa forma de definição centrada na ausência de violência, ausência de *bullying* e ao não uso de drogas (aqui diretamente associada à violência), pode limitar a visão abrangente necessária para promover efetivamente a cultura de paz, direitos humanos e cidadania: a ênfase na ausência de violência pode restringir a atenção apenas a formas físicas de agressão, deixando de abordar outras formas de violência, como discriminação, exclusão social e violência psicológica, e reduzir a atuação do PSE nesse eixo a práticas preventivas, objeto de outro eixo do programa.

Podemos concluir que na perspectiva da gestão a definição que sustentaria o planejamento e execução das atividades deste eixo do PSE nas escolas não é uma

prioridade, considerando sobretudo que ela pode vir das próprias experiências práticas ou de um conhecimento tácito sobre o que significaria atuar com ações de promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania. A definição que mais se apresentou a partir dessa experiência é a cultura de paz, como ausência de violência, possuindo ações com foco em violência ou redução no uso de drogas, que se por um lado poderiam facilitar as avaliações, por outro podem restringir o alcance dos objetivos mais amplos propostos pelo eixo. Essas hipóteses ficam em aberto para serem testadas e avaliadas em estudos posteriores.

#### **4.1.2. Como gestoras da saúde e da educação descrevem as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?**

Esta seção se refere ao segundo bloco das entrevistas, no qual, as gestoras da saúde e educação foram questionadas acerca das ações que elas desenvolvem para que ocorra a promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania no âmbito do PSE. Elas relatam o estabelecimento de parcerias com outros dispositivos para a articulação de ações que promovam esse eixo. Esse foi o caso do convite do policial que atua no Proerd, conforme apresentado previamente, e do convite a uma psicóloga para falar de saúde mental, como podemos observar a seguir:

*Então a gente vai buscar parceria, que nem ela falou que foi falar de saúde mental foi buscar parceria com a psicóloga (E - L38 - L39).*

Parcerias externas proporcionam uma oportunidade para a troca de experiências e conhecimentos entre diferentes setores. Envolvendo profissionais da saúde, educação e outros campos, é possível criar formas mais abrangentes e eficazes para abordar as necessidades específicas dos estudantes e outros membros da comunidade escolar. Essas parcerias facilitam o acesso a serviços de saúde, promovendo exames médicos regulares, vacinações, orientação nutricional e outros cuidados preventivos. Todavia, é importante questionar quais parcerias de fato são interessantes. A presença de policiais na escola são pontos controversos e determinados atores sociais podem não se sentir confortáveis com sua presença, como será discutido mais à frente quando falarmos da roda de conversa com os

estudantes. Dessa forma, Pereira et al. (2021, p.11) irão enfatizar que “alianças e parcerias entre os setores são essenciais para a proteção do bem-estar do aluno”. Sendo assim:

O trabalho intersetorial é uma importante estratégia para se trabalhar a promoção da saúde com os alunos formando, assim, uma rede de apoio responsável por ajudá-los a compreender as suas transformações e permitindo-os um desenvolvimento sadio (Soares; Leite, 2015).

Enquanto as gestoras de saúde apresentaram de forma explícita as ações que realizam, a gestora da educação L foi mais generalista e difusa em sua resposta:

*Mas a gente já discutiu essas coisas que a gente podia pensar em fazer palestras, em fazer discussões. A gente já discutiu o tema sim, tá (L - L59 - L61).*

A pesquisadora solicitou à entrevistada L que ela descrevesse mais as ações para esse eixo de promoção da cultura da paz, direitos humanos e cidadania e se eram ações voltadas para os alunos, pais ou funcionários. Ela diz:

*Eu até foi, foi feito algumas coisas assim, algumas coisas direcionadas. É, eu não lembro exatamente é, a gente faz, faz palestra com tema. A gente fez coisas direcionadas que aí eu não, eu não tenho aqui agora para te falar exatamente os temas certinhos, o que que foi feito, mas já foi trabalhado sim, tá é em relação às pessoas que trabalham lá no âmbito da escola, tá é. Mas não é...eu não vou saber te dizer Datas nem temas nesse momento agora pra te falar, mas a gente já pensou sim, já foi feito alguns direcionamentos (L - L72 - L77).*

A entrevistada utiliza expressões como "algumas coisas assim" e "algumas coisas direcionadas" sem fornecer detalhes concretos ou exemplos específicos das atividades realizadas. Isso contribui para uma resposta vaga e pouco informativa. Além disso, ela afirmou não lembrar exatamente as ações e destaca a ausência de informações específicas, como datas e temas. Por fim, quando ela afirma que "já foi pensado sim, já foi feito alguns direcionamentos", ela enfatiza as intenções e as ações genéricas realizadas, mas sem fornecer informações concretas sobre resultados alcançados ou atividades específicas desenvolvidas.

A questão da falta de lembrança é reforçada em um outro momento, quando a pesquisadora insiste em maiores detalhamentos dessas atividades na perspectiva da educação. L responde:

*Eu precisava puxar os registros aqui e tem coisas realmente que eu não vou lembrar, a gente tem muita palestra aqui, mas eu lembro que a gente já falou sobre o tema assim (L - L82 - L84).*

Observamos, durante este bloco, L é questionada a dar mais informações, ela dá uma negativa e não justifica essa negativa. Ela também relatou que não se lembra e que teria que puxar os registros.

Durante essa entrevista, L trouxe ações como as palestras, porém ela não apresenta os temas dessas palestras. Esse conjunto de informações associadas ao fato de que ela também não sabia definir o que era cultura de paz, direitos humanos e cidadania nos possibilita formular a hipótese de que esse discurso e narrativas decorrem da falta de informação sobre o tema. A falta de conhecimento e informação em cargos de liderança sobre assuntos específicos indica que esses assuntos não são prioridades no âmbito da gestão específica, hipótese que deve ser explorada no futuro.

#### **4.1.3. Como gestoras da saúde e da educação avaliam as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?**

Esta seção se refere ao terceiro bloco das entrevistas, em que, as gestoras da saúde e educação foram questionadas acerca das avaliações das ações de promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania do PSE no município. Nessa seção serão destacadas as formas e critérios de avaliação e os desafios encontrados a partir dessas avaliações, quando elas acontecem.

É importante destacar que no quesito avaliação encontramos uma contradição entre as falas das gestoras das unidades básicas de saúde e a fala da gestora da Educação.

*E vocês tem algum método que vocês conseguem avaliar essas ações? Como estão sendo feitas, os resultados? (Pesquisadora T - L20 - L22).*

*Não, só se a secretaria tiver alguma coisa lá que eles façam geral do município para nós não (E - L23 - L24).*

E. gestora de uma unidade básica de saúde, entende não haver uma avaliação formal que subsidie seu trabalho. Se houver alguma, ela está no âmbito do município e não chega até ela. A informação parece receber respaldo de L, tendo em vista que L reafirma a existência de uma avaliação do programa como um todo por parte do setor de saúde, mas não expressa de forma nítida a finalidade da avaliação e o tipo de dados que ela faz uso.

*Todas as ações, elas são avaliadas, tá. É feito um relatório para o fim do ano e a gente faz tópicos uma a uma, né. Então, o que que ficou falho que precisa ser refeito? É feito gráfico em relação a elas, é tudo feito bonitinho de um relatório final do PSE, né. Não é, não sou eu que faço, tá, é a saúde quem prepara isso, mas eles compartilham comigo. Então, por exemplo, no ano passado eu tenho aqui comigo é, até porque a gente responde sobre esse processo, né, e a gente vai acompanhando, né, se eles precisarem de ajuda para qualquer dado, qualquer evidência, a gente também acompanha para colocar, tá, mas é feito sim (L – L91 – L98).*

Gostaríamos de salientar que a avaliação das ações é essencial para determinar se as intervenções estão atingindo seus objetivos ou se estão contribuindo para melhorias na promoção de uma cultura de paz, cidadania e direitos humanos nas escolas, inclusive para determinar se este é de fato um eixo prioritário ou não de intervenção. Assim, as avaliações podem gerar informações úteis sobre a eficácia das práticas implementadas construindo uma cultura de gestão baseada em evidências para a tomada de decisões informadas, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio programa. A ausência desse dispositivo pode levar a uma compreensão limitada das demandas locais, levando a intervenções genéricas e menos adaptadas às necessidades reais. A falta de comunicação dos resultados e articulação com os profissionais da gestão dos equipamentos pode igualmente dificultar o aprimoramento das ações.

Mesmo que os patamares mais abaixo da hierarquia da gestão não realizem ou recebam avaliações das ações que realizam, ou mesmo recebam as avaliações, mas não as transformem em objeto de discussão entre as políticas, isso não significa dizer que não existem maneiras informais de avaliar uma ação nesses níveis. O trecho abaixo ilustra essa situação:

*É que nem aqui para mim o que eu consigo acompanhar... que nem eu falei, marquei uma agenda toda e não veio ninguém né que aproveitamento que teve dessa ação? Zero... um dia*

*inteiro de trabalho, mais de mil alunos, agendas bloqueadas e você não ter ninguém é absurdo... (E - L24 - L 27).*

A entrevistada expressa sua frustração pelo fato de ter marcado uma agenda completa na UBS para uma atividade na escola referente a saúde dos adolescentes, bloqueando agendas de todos os profissionais da unidade e investido um dia inteiro de trabalho em uma ação específica, apenas para constatar que ninguém compareceu. A ausência de participação desejada é claramente uma fonte de insatisfação e indica um critério importante de avaliação das atividades: a presença dos participantes. Obviamente, sem pessoas não seria possível realizar a ação.

Além da necessária presença das pessoas para que a ação se efetive, o que deve considerar inclusive os procedimentos para que haja mobilização dessas, também é necessário garantir uma certa quantidade de participação para que haja um efeito, mesmo que mínimo. Essa abordagem reconhece a importância de avaliar o impacto mesmo quando os resultados são modestos.

*É o que a gente fala, tem seus efeitos, se a gente for numa escola com 1000 alunos e você conseguir ajudar 1, 2, já teve efeito...(E - L82 - L83).*

Para além dos critérios informais utilizados para avaliar as ações, também foram apresentados argumentos objetivos para justificar a dificuldade de definir, executar e avaliar ações no âmbito da promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos. Um desses argumentos é enunciado por E quando ela é questionada sobre a dificuldade de realizar as ações nesse eixo. De acordo com ela, a falta de capacitação e treinamento nesse sentido são fatores cruciais para que essas ações não sejam realizadas.

*Sim, porque a gente não tem um treinamento específico para abordar esse tema com os adolescentes, capacitação, vamos dizer assim, uma capacitação pra gente ser apta, porque assim, tudo que a gente vai fazer nesse sentido a gente tem que buscar parcerias, que nem eu falei fui buscar parceria com o Proerd (E - L34 - L37).*

A ausência de capacitação para essa finalidade fala de uma falta de apoio institucional. A gestora da UBS queixa-se por não poder garantir um treinamento, que deveria vir de instâncias acima de seus cargos, para as unidades. Essa falta de

apoio institucional também se evidencia quando comenta que não possui apoio para articular ações intersetoriais:

*Eu pedindo pro CTA (Centro de Testagem e Acolhimento) pra ver se vai, ela não sabe se vai conseguir ir porque no mesmo dia ela tem reunião, sabe então você não consegue abordar. Então seria bacana, se tem esse grupo que a gente falou então ela já vem com essa equipe pactuada pra fazer as coisas, agora a gente não, a gente tem que ficar correndo, buscando uma parceria pra tentar levar uma assistência (E - L39 - L44).*

## **4.2. Coordenação de Educação e Direção do Núcleo de Violência**

### **4.2.1. Como a coordenação de educação de uma escola municipal e estadual e direção do núcleo de violência definem as ações para esse eixo?**

Esta seção se refere ao primeiro bloco das entrevistas, em que, possui como objetivo a compreensão de coordenadoras de uma escola municipal (R) e estadual (S), de uma vice-diretora de escola estadual (M.I) e da diretora do núcleo de violência de Francisco Morato (J), no que diz respeito à definição da promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos.

Para duas das entrevistadas a definição aparece como prevenção da violência e promoção da saúde mental:

*Quando a gente fala da cultura da paz ai elenca, vem junto a questão da saúde mental, aí porque a agressividade, a falta de empatia, não reina a paz (S - L7 - L9).*

*Quando a gente fala de cultura de paz, quando a gente faz promoções de prevenções à violência, a gente está cuidando e está prevenindo de que as pessoas, de que crianças, adolescentes, pessoas adultas, tenham a sua saúde física e mental abalada de alguma forma. Então, o meu entendimento é a partir dessa perspectiva (J - L20 - L23).*

Ambas as entrevistadas compreendem a promoção da cultura de paz à prevenção da violência, enfatizando que isso é essencial para manter a saúde, tanto física quanto mental. Essas perspectivas sugerem uma abordagem proativa, onde a

construção de uma cultura de paz não é apenas uma aspiração abstrata, mas uma medida prática para prevenir situações que possam prejudicar a saúde das pessoas. A visão compartilhada entre as entrevistadas destaca a necessidade de abordagens integradas que considerem a interconexão entre paz, saúde mental e prevenção da violência para criar comunidades mais saudáveis e pacíficas.

Para além da definição com foco na promoção de saúde mental e de prevenção da violência, J também define como um direito fundamental que deve ser garantido:

*Entendo como um direito fundamental. Então, na perspectiva de entender que a cultura de paz, que a não violência, ela está diretamente ligada com o bem-estar das pessoas, com a saúde física e mental, eu entendo como um direito fundamental (J – L17 – L20).*

Devido a influência judaico-cristã no ocidente, a pomba branca é bastante associada e simbolizada quando falamos sobre promoção da cultura da paz, a partir de uma concepção de ausência de conflitos. Isso se evidencia quando S relata:

*E tem aquela pomba lá né que diz que representa a paz, a cultura da paz (S – L22-L23).*

*E aí é, e dentro dessa paz aí é tem a simbologia que tem aquela pomba, por isso que eu falei da, da pomba, né, que é isso, né, mas que trabalham a paz nesse sentido de não terem esses conflitos, né, porque nossas crianças têm muito conflitos, interno muito, muito... (S – L53 – L56).*

Se para S e J, a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos está relacionada com a prevenção da violência, como um direito fundamental, MI, por sua vez, define a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, a partir da resolução dos conflitos:

*Não, paz pra mim não é não ter conflito, o conflito ele faz parte da nossa, da nossa vivência como seres humanos. Paz pra mim não é não ter conflito, paz pra mim é, eu consegui resolver os conflitos, né, dentro, conversando, orientando, ouvindo, né, porque a gente fala muito, mas às vezes eles só precisam ser ouvidos, ouvindo, não para mim isso... (MI - L37 - L38).*

*É preciso se importar com o outro, que é preciso, é, ter empatia com o outro (MI –L40).*

MI define, portanto, a partir de uma concepção positiva, uma vez que, para ela, a paz não é simplesmente a ausência de conflito, mas sim a adoção da não violência para resolver os conflitos, possuindo como base a promoção do diálogo nas relações interpessoais e a atitude democrática perante a vida, que envolve a dinâmica da cooperação planejada e o contínuo esforço pela instauração da justiça.

Considerando as falas de ambas entrevistadas, é possível compreender que existem duas estratégias para lidar com conflitos: buscar evitar sua emergência e garantir, assim, a ausência de conflitos, ou buscar a resolução de conflitos emergentes. Na primeira, parte-se de uma abordagem mais generalista, com vistas a promover saúde, enquanto a segunda está mais voltada ao reconhecimento de que não é possível evitar todos os conflitos sendo necessário buscar estratégias de resolução para não os aprofundar. A negociação, mediação, arbitragem seriam formas empregadas para tratar conflitos existentes, buscando soluções consensuais ou decisões vinculativas. Ambas as abordagens desempenham papéis cruciais na promoção e prevenção da saúde e não precisam ser mutuamente excludentes.

Outra definição percebida durante as entrevistas foi a da coordenadora de uma escola municipal, R, uma vez que, ao ser questionada sobre a definição de promoção de cultura da paz, cidadania e direitos humanos, ela menciona:

*Então, é... eu falo que esse ano a gente viveu um momento bem turbulento, né? Nas escolas e por conta, e a gente tem vivido, né? Não é só a gente não pode pensar só enquanto Brasil, né? Enquanto o nosso mundinho e assim, eu acho que a cultura da paz a gente é, a gente tem discutido sempre nas escolas, sempre nas reuniões, sempre que os pais estão presentes, a gente tenta, é... falar com eles porque assim é, é um momento que quando a gente, quando você passa por situações, que tira um pouco a gente do eixo, o Pai fica desesperado que nem, por exemplo, no começo do ano que a gente teve aquele período de invasões nas escolas. Assim, o pai ficou desesperado, a gente teve uma queda de alunos, os pais não mandavam os filhos para a escola porque, até então, a escola era, e é o lugar mais seguro. É o lugar onde o pai vai, leva a criança e ele sabe que ali ele está seguro. Ali ele tem um profissional, ele tem um professor que estudou, que vai atender àquela criança (R – L12 – L24).*

A definição que R utiliza para promoção de cultura da paz, cidadania e direitos humanos é influenciada pelas “invasões nas escolas” que ocorreram no ano de 2023, uma vez que, foram difundidas em todas as mídias, trazendo como consequência, o sentimento de insegurança para todos que frequentam essas

instituições. Para R., “a escola era, e é o lugar mais seguro”, assim, podemos compreender que a promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos para ela, está ligada à criação de um ambiente, no qual todos se sintam seguros. As ações de promoção deste eixo serão altamente influenciadas a partir disso no item abaixo.

#### **4.2.2. Como a coordenação de educação de uma escola municipal e estadual e direção do núcleo de violência descrevem as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?**

Esta seção se refere ao segundo bloco das entrevistas, no qual, as coordenadoras de educação e a diretoria do núcleo de violência foram questionadas acerca das ações que elas utilizam para que ocorra a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos.

Quando S foi questionada sobre as ações para a promoção deste eixo do PSE, ela relata que o desenvolvimento das ações parte de uma solicitação da coordenação para os professores trabalharem essa temática de forma transversal em suas respectivas disciplinas.

*Eu pedi para o professor de arte, trabalhar esse tema aqui, ó, sobre a paz, a cultura da paz (...) Olha, o que acontece muito aqui, os professores, eles, eles têm mais temas transversais né, e aí alguns é dentro da, da sociologia, da, da, da filosofia que eles têm, não todos, os do fundamental não, mas o Ensino médio eles têm aula de sociologia e filosofia, onde trabalha todas as questões aí que vêm de ética, solidariedade, tem tudo dentro de tudo, conteúdos é, alguns professores, né, aqui mesmo, trabalha muito isso... (S - L59 - L63).*

Para MI, as ações de promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos estarão relacionadas com a resolução dos conflitos a partir da interação social diária da coordenação com as crianças e adolescente:

*Eu acho assim, na prática, a gente sempre conversa muito com os alunos, a gente diz para eles hoje assim, “qualquer problema que você tenha dentro da escola, você procura um adulto para resolver, porque vocês não resolvem nada porque*

*vocês são né jovens”, por conta da agressividade, a gente fala, “vocês não resolvem nada, então procurem por nós que nós vamos resolver”. E a gente tenta resolver as coisas com eles sempre conversando (MI – L25-L29).*

*Então assim é eu acho que é a gente, não diretamente ou diretamente, a gente acaba trabalhando essa cultura da paz o tempo todo, porque o tempo todo a gente está conversando com eles, está orientando (MI - L37-L39).*

Todavia, R compreende que a promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos nas escolas se dá a partir do desenvolvimento de ações de medidas de segurança que garantam que o ambiente escolar seja um lugar seguro para os alunos, funcionários e pais. Isso se evidencia quando relata:

*Eles estão seguros dentro da escola, a gente fica o tempo todo com, tem funcionário, tem o portão, a gente não deixa o portão escancarado, principalmente na educação infantil, então é ali o tempo todo (R – L44-L46).*

*A gente limitou a entrada do das pessoas na escola (R – L59).*

Todavia, a ênfase em medidas de segurança, como portões seguros, muros altos, funcionários, câmera de vigilância, se caracterizam como uma abordagem reativa focada na vigilância e no controle, em detrimento de um ambiente educacional acolhedor e inclusivo. Assim, ao invés de investir apenas em medidas reativas, é fundamental adotar uma abordagem mais ampla que promova um ambiente escolar saudável e acolhedor.

A realização de parcerias com outros setores para a articulação de ações que promovam a cultura de paz, cidadania e direitos humanos, também se faz presente nos relatos das seguintes entrevistadas:

*Na época da pandemia, fazer parceria com a saúde para trazer, por exemplo, um profissional, um psicólogo para estar conversando com os professores, porque assim os professores estão adoecendo demais. Então, é sempre tem essas parcerias e a saúde é um, é um parceiro, é o parceiro mais presente na educação, é a saúde. Porque é onde a gente vai buscar mais coisas, por exemplo, você vai buscar o PSE e você vai buscar o profissional psicólogo para conversar com o professor. Então a saúde é sempre um parceiro. Claro que daí entram outras parcerias, né? De que aí a secretária vai atrás. Mas a saúde é mais, é ali palpável, está ali do nosso lado, entendeu? Tanto é que nasce na época da pandemia a gente*

*fez muita parceria com saúde, a saúde ajudou muita gente (R – L154-L164).*

*Ofertar mecanismos de prevenção à violência para evitar que as pessoas adoçam em função da violência, em função dos agravos que uma situação de violência pode causar, essa gestão, ela passa principalmente propondo de uma forma intersetorial, saúde, educação, assistência social, conselho tutelar, construir ferramentas de prevenção (J – L61-L65).*

Portanto, torna-se evidente a importância da realização de ações intersetoriais, uma vez que se integra diferentes áreas de atuação para promover soluções mais eficazes e sustentáveis. Ao colaborarem entre si, diferentes setores, como saúde, educação, assistência social, conselho tutelar, dentre outros, podem combinar seus conhecimentos e recursos para enfrentar questões que transcendem as fronteiras de atuação de um único setor. Ao promover a cooperação entre os setores, as ações intersetoriais podem gerar impactos mais significativos e duradouros, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de todos.

Para além dessas ações, J irá relatar que oferecer ações que informem sobre o que é a violência é essencial para aumentar a conscientização, promover a prevenção e fornecer suporte às vítimas:

*Desde 2017, a gente vem desenvolvendo no município de Brasília do Morato, não só dentro do PSE, que é o programa de saúde na escola, mas com várias outras estratégias, construindo a prevenção à não violência. É uma das estratégias que nós adotamos, que é muito simples, no meu ponto de vista, que é contar para as crianças o que é a violência (J – L70-L74).*

*Então, nessa perspectiva, uma das nossas estratégias foi construir ferramentas e campanhas e ações onde as crianças se encontram (J – L77-L80).*

*Nós construímos uma metodologia de, dentro das abordagens da educação, do processo ensino, aprendizagem, introduzir temas que falavam de violência. Então, por exemplo, violência sexual, que nós temos um índice alto de casos de notificação de violência sexual. Nós fomos construindo estratégias de contar pras crianças, por exemplo, o que é um abuso sexual. Claro que numa linguagem acessível pra elas compreender. Muito diferente eu abordar o tema da violência sexual com adultos, no qual eu posso fazer uso de uma linguagem que eu falo diretamente, do que com criança. Muitas vezes a gente vai usar uma contração de história, a gente vai usar um teatro, a*

*gente vai usar os bonecos de fantoche, a gente vai usar uma varelinha (J – L87-L96).*

*E aí, essas estratégias, elas chegam lá na ponta, chegam nas crianças (J – L101).*

*Então, a gente imaginar que a maioria dessas crianças tem outros irmãozinhos, pelo menos um irmão, a gente dobra isso (J – L104-L105).*

*Então, são estratégias simples, mas de um alcance muito grande (J – L105-L106).*

*Parece que, e eu falo que é simples mesmo, parece que é muito, mas só isso, sentar e fazer uma roda de conversa com pessoas, ou com mulheres, ou crianças, ou com adolescentes, ou com idosos, e contar que o nome daquilo é violência, que violência é essa, e como é que eu me fortaleço para sair dela, isso tem uma potência muito grande (J – L224-L227).*

*Quanto mais a criança é esclarecida, o pré-adolescente, o adolescente, ele tem conhecimento, ele consegue identificar e consegue pedir apoio (J – L124-L126).*

Dessa forma, J irá compreender que as ações de prevenção à violência necessitam ser a base:

*Então, para nós, Thayssa, do SUS, a prevenção vem antes da oferta até mesmo do atendimento. E é muito mais, é muito melhor prevenir do que você ofertar assistência depois que a situação já se instalou. Até em custo monetário mesmo. É muito mais, onera menos a política pública as prevenções do que o processo curativo (J L65-L69).*

*Não, a gente tem que apagar os incêndios, é claro, se houver, mas a gente precisa fazer a base, que é a prevenção, e é o que dá mais resultado, e é o que gera, inclusive, mais bem-estar para as pessoas (J – L217-L129).*

Desta forma, para J ao priorizar a prevenção é possível evitar uma série de desafios e custos associados a crises e problemas que poderiam ter sido evitados. Portanto, ao investir em estratégias preventivas, é possível estabelecer bases mais sólidas para o progresso e o bem-estar à longo prazo, beneficiando indivíduos, comunidades e sociedades como um todo.

**4.2.3. Como a coordenação de educação de uma escola municipal e estadual e direção do núcleo de violência avaliam as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?**

Esta seção se refere ao terceiro bloco das entrevistas, no qual, as entrevistadas foram questionadas acerca das avaliações das ações que elas utilizam para que ocorra a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos.

Durante as entrevistas, com MI, R e J, ao serem questionadas acerca da avaliação das ações de promoção de cultura de paz, compartilharam métodos avaliativos que compreendemos como empíricos, uma vez que se baseiam através da observação direta, das interações sociais e relacionais, da troca de diálogo, das expressões faciais e/ou da diminuição da frequência de idas dos estudantes na sala da coordenação, permitindo assim, que seja um “termômetro” para essas profissionais referente às ações que elas desenvolvem a promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos.

*A gente percebe sim, quando eles, quando eles melhoram, né. Isso no âmbito escolar, a gente percebe quando a gente conversa com eles eu sempre pergunto “e aí como é que tá?”. No caso desse menino mesmo eu perguntei “e a sua irmã, como é que está?”. Ai, ele falava para mim, “ta do mesmo jeito, tá do mesmo jeito” e agora ele já fala “não, “está melhor”, sabe? Até o responder dele já muda até a expressão quando ele fala da irmã, que era com quem ele tinha um conflito maior, já mudou (MI - L88 - L95).*

*A gente consegue perceber sim quando eles melhoram, quando eles, quando eles conseguem respirar mais, sabe?! E tocando ali, eles vão caminhando ali de uma forma melhor. A gente, o nosso termômetro é quando eles param de vir aqui, eles param de vir aqui toda hora (...) aqui as nossas salas, a direção, né, a direção, a coordenação, quando eles param de descer aqui que a gente percebe que melhorou. (MI - L226 - L234).*

*É em maio que é o mês do abuso infantil, a gente faz toda uma ação, todo um preparo, os professores têm informação, e aí é onde a gente consegue algum é, retorno de algumas crianças, entendeu? Que contam que sofrem de abuso (R – L197-L200).*

*Tem também o dado empírico... Quando a gente escuta, geralmente a gente tem uma frase muito clássica quando as crianças chegam para o atendimento na saúde, que estão em sofrimento devido a uma situação de violência. A gente sempre pergunta, olha, quando foi que você decidiu contar para alguém e para quem você contou? E geralmente as crianças e os pré-adolescentes nos respondem (J – L135-L139).*

*E o empírico, que é aquele que está escutando como é que ele chegou, como é que a criança chegou no ponto de contar para alguém (J – L143-L144).*

Para além dos métodos avaliativos empíricos e informais, J relata também que o Núcleo de Violência avalia essas ações a partir das notificações de violência após uma ação de prevenção a violência. pelas notificações de aumento ou diminuição de violência do município e pelas notificações:

*O nosso termômetro, sempre depois de um processo de campanha de prevenção, é através das notificações de violência. Então, é um termômetro de que o objetivo a gente conseguiu alcançar (J – L122-L124).*

Reconhecer os riscos ao desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens a partir das experiências cotidianas, tanto na escola quanto em outros espaços em que vivem, leva aos educadores a tarefa adicional de acompanhar os estudantes sob sua responsabilidade. Sendo que uma equipe multiprofissional ajudaria nesse processo. Quando se tem um olhar atento para os riscos no desenvolvimento, é possível construir propostas de fortalecimento, enfrentamento e superação no contexto da escola e nas relações com as famílias.

### **4.3. Estudantes de uma Escola Estadual do Município de Francisco Morato**

#### **4.3.1. Como estudantes de uma escola estadual de Francisco Morato definem cultura de paz, direitos humanos e cidadania?**

Esta seção se refere ao primeiro bloco da roda de conversa realizada com estudantes de uma escola estadual do município de Francisco Morato, com o objetivo de compreender como eles definem cultura de paz, cidadania e direitos humanos.

Como mencionado na seção do percurso metodológico, na primeira etapa da roda de conversa, a turma foi dividida em seis grupos: dois grupos ficaram responsáveis por definir cultura de paz, dois outros grupos definiriam o que seria direitos humanos e os últimos dois grupos definiriam o que seria cidadania. Foi

permitido que utilizassem materiais e recursos pessoais, inclusive a internet e seus aparelhos celulares.

Um dos grupos responsáveis por definir a cultura de paz, apresentou um desenho de uma pomba branca com duas frases:

*Ah, a gente é cultura da paz e paz é uma pomba branca, então eu desenhei uma pomba branca. E aí, a gente fez duas frases. Uma ela elaborou, e a outra eu elaborei com que eu li aqui e entendi do tema (Estudante C – L229-L230).*

*A cultura da paz significa fazer o bem, sem olhar a quem (Estudante B – L234).*

*E eu complementei dizendo que também promove harmonia e igualdade em um meio social (Estudante C – L235-L236).*

Ao serem questionados pela pesquisadora do porquê eles terem associado a pomba branca com a cultura da paz, a influência judaico-cristã se fez evidente, uma vez que relataram:

*Olha, eu sou cristã. Então, a pomba branca aparece muitas vezes escrita na bíblia, como na parte de Lucas, que fala que Cristo veio como uma pomba branca. Então pra mim está associada à paz (Estudante B – L243-245).*

Devido essa alta repercussão e influência cristã no ocidente, diversos meios de comunicação (livros, desenhos, filmes, dentre outros) se apropriaram dessa imagem, na qual é reproduzida coletivamente, moldando nossas visões de mundo e influenciando a maneira como nos expressamos.

*Ah, porque geralmente, nos desenhos e essas coisas, a pomba branca é sempre associada à paz. Então, quando vocês olham a cultura da paz, e pedem o desenho, a primeira coisa que eu vejo é a pomba branca e foi por isso que eu desenhei ela (Estudante C – L239-L241).*

*Cara, eu não faço a menor ideia do porquê associaram isso com a paz, pra mim ela é só uma pomba branca (Estudante C – L242-L243).*

Um dos grupos responsáveis pela definição de direitos humanos, apresentou um desenho do planeta Terra com várias pessoas de mãos dadas, relatando:

*Direitos Humanos é uma das coisas que protegem a dignidade e a liberdade de qualquer pessoa (Estudante T - L332-L333).*

*É a igualdade das raças, das religiões, do gênero e de outras características (Estudante G – L334).*

*E o nosso desenho meio que quis representar o planeta com tipo várias pessoas, independentemente da cor, raça, etnia... (Estudante E – L348).*

*Deficiência... (Estudante G – L349).*

*É, representando que independente de quem somos, temos todos os direitos (Estudante E – L350).*

Quando questionados pelo pesquisador do como havia se construído essa definição para eles, relatam:

*Conhecimentos, tipo, da vida assim (Estudante E – L354).*

*Do google também (Estudante G – L356).*

O grupo responsável pela definição de cidadania trouxe um recorte de papel, bonequinhos de mãos dadas, em que definem:

*A gente trouxe um conceito um pouco diferente do que todo mundo fez. A gente trouxe mais um recorte. Primeiro a gente pensou no conceito de cidadania pra gente. Que seria o bom convívio do cidadão com o outro, se colocar no lugar do outro, a empatia, né? E preservar o que é nosso, que é do cidadão. Mas a gente trazendo pra um conceito mais social, o cidadão é aquele que exerce o seu direito. É o que exerce o seu poder de voto, é o que exerce o seu poder de escolha na nossa sociedade. E vai mais ou menos isso. Então, a gente fez os bonequinhos dando as mãos, sinalizando a cidadania. Então, um junto com o outro, se mostra mais a força. E a gente depois criou outra história, que a gente dá pra ver, é os seus direitos, as suas escolhas, e o seu poder de decisão. Então, a gente trouxe a partir desses bonequinhos aí, que a gente se matou pra fazer aqui antes de parar (Estudante P – L364-L380).*

Ao serem questionados pela pesquisadora de como havia surgido a construção dessa definição para o grupo, relatam:

*Vocês tiraram esse conceito de cidadania da vivência de vocês, do google, dos dois, da onde? (Pesquisadora T – L387-L388).*

*Dos dois (Estudante A – L389).*

*É, o primeiro conceito foi a gente conversando aqui. A gente achou que o conceito de cidadania pra gente era isso. Depois a gente foi ver qual que é o conceito social mesmo, né? A gente viu que o conceito social era você ter poder de voto, você poder ter as suas escolhas (Estudante P – L390-L392).*

Quando os estudantes realizaram a atividade proposta de definirem o que seria cultura de paz, cidadania e direitos humanos, foi permitida a utilização do celular para a realização de consulta, assim, muitas das definições que os estudantes apresentaram são provenientes de redes sociais e inclusive do Google. Logo, nos possibilita formular a hipótese de que eles possuem pouco conhecimento e repertório para falar sobre essa temática espontaneamente, uma vez que, todos necessitaram recorrer à internet para definirem cultura de paz, cidadania e direitos humanos. Isso se evidencia nos momentos que os pesquisadores questionaram aos grupos sobre como se deu a construção e elaboração das definições dos temas propostos, mas também no seguinte diálogo:

*Você falou que vocês elaboraram isso (cultura de paz), mas foi de uma coisa que vocês leram... De onde? Vocês lembram? (Pesquisador M – L253-254).*

*Eu escrevi no Google, tipo, pra eu... Ué, é pra ser sincero, não é? (risos) Então, eu pesquisei no Google e entrei em um site, não sei o nome do site, mas é um site que abrange esses temas, sabe? Que fala sobre... Meios, termos sociais, entendeu? Esses termos sociais, e aí eu fui no tópico cultura da paz e comecei a ler (Estudante C – L256-L269).*

*Aí, vocês leram e elaboraram...(Pesquisador M – L260).*

*Sim...( Estudante C – L261).*

Dessa forma, podemos concluir que a temática de cultura de paz, cidadania e direitos humanos não é promovida e difundida por e para esses estudantes. Outro dado relevante que aponta para a falta de repertórios para discutir esse tema é a quantidade significativa de silêncios da roda de conversa. Essa situação levou a pesquisadora C realizar o seguinte questionamento:

*E aí, vocês acham muito difícil essa conversa sobre cultura de paz? (Pesquisadora C – L488-489).*

*É bem difícil (Estudantes – L490).*

A partir do exposto, podemos compreender que os estudantes não possuem repertório e conhecimento para falar sobre a temática de promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos, uma vez que, utilizaram a internet para a construção da definição desses conceitos, reproduzindo discursos de diversas fontes, além dos momentos de silêncios entre eles, presentes na roda. Todavia, a roda de conversa possibilitou que eles entrassem em contato com a temática de cultura de paz, cidadania e direitos humanos, através das trocas e compartilhamentos que se deram.

#### **4.3.2. Como os estudantes de uma escola estadual do município de Francisco Morato descrevem as ações municipais voltadas à promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania?**

Esta seção se refere ao segundo bloco da roda de conversa, objetivou compreender as ações voltadas para a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos.

Ao serem questionados sobre as ações que a escola realiza que promova essa temática, mencionam:

*É, aqui na escola tem o trabalho de cultura da paz, mas é muito pouco visto pela gente. Às vezes são cartazes aqui, cartazes ali, mas... (Estudante P – L679-L680).*

*É, tipo, pouco levado a sério (Estudante E – L687).*

*Muito pouco levado a sério (Estudante P – L689).*

Dessa forma, os pesquisadores questionam o estudante P. como ocorre a produção desses cartazes e ele irá relatar que a produção desse material é realizada sob a orientação professora da sala de leitura voltada somente para os estudantes do período da tarde, de 11 e 12 anos, e não para eles (estudantes do 1º ano do ensino médio):

*A maioria era feita pela professora da sala de leitura, né? A maioria é feita por ela ou pelas professoras eventuais [substitutas] (Estudante P – L694 – L695).*

*Ela que faz? Conta para a gente como é esse processo (Pesquisadora C – L689).*

*Isso, ela faz com, geralmente, os alunos da tarde (P – L700).*

*Que são alunos de que faixa etária, mais ou menos? (Pesquisadora C – L702).*

*11, 12 anos por aí (Estudante C – L708).*

*E aí ela trabalha mais com o pessoal da tarde. Porque ela tem duas salas da tarde também, então ela trabalha com eles. E aí as eventuais dela são bem relacionadas a isso. Só que, como a gente falou, tem pouca divulgação (Estudante P – L733-L736).*

Assim, apesar de existirem iniciativas direcionadas à promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos em certas turmas, como a construção de cartazes por estudantes de séries anteriores, a presença dessas discussões em outras turmas na escola não assegura, necessariamente, que sejam abordadas de forma abrangente para todos os estudantes.

Tendo em vista a ausência de ações direcionadas a esses estudantes que promovam a temática de promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, os pesquisadores perguntaram a eles quais ações consideraram que promoveriam a cultura de paz, cidadania e direitos humanos, relatando:

*Eu acho que mais segurança em questão nas entradas da escola... Não de ter tipo segurança (pessoa física), mas de ter mais passagem de fora. Por exemplo, tem o portão principal, depois tem o portão da escola, depois tem o portão da secretária-geral da escola. No pátio tem um portão principal e depois outro portão que dá na escola que tem três cadeados. Eu acho que tipo a escola ter mais segurança, que você possa ver, te deixar mais seguro de você estar aqui dentro. Tipo por exemplo, aqui seria uma escola que eu teria mais medo de acontecer alguma coisa de alguém de dentro do que de alguém de fora (Estudante C – L1068-L1074).*

Além dessas propostas, os estudantes também elencaram ações com as quais não compactuam, como o policiamento nas escolas:

*Eu acho que o policiamento na escola demonstra uma fraqueza do Estado... demonstra que não tem controle sobre aquilo que é dele (Estudante P – L1059-L1060).*

*Eu acho que o policial entrando, ele assusta os alunos de uma forma que você entra e você vê um policial, você pensa “nossa, a escola chegou a esse nível para colocar um policial no portão” (Estudante E – L1105-L1007).*

Podemos compreender que para esses estudantes, reconhecem o papel do Estado para a construção da promoção desse eixo, além de indicarem que a violência está fora do escopo estudantil, parecendo pertencer do interesse de pessoas e insituições que estão fora do território escolar com o intuito de mediar essa violência.

## **5. CONCLUSÃO**

Como visto anteriormente, a relação entre os setores da saúde e da educação ao longo da história do Brasil é de interconectividade, ressaltando sua base na universalização de direitos fundamentais e de ações articuladas entre eles desde o início da República brasileira. A partir disso, houve uma evolução da interação entre esses setores, as práticas pedagógicas antigas de cunho eugenista até as práticas atuais que visam prevenir doenças e, sobretudo, promover a saúde de todos.

A compreensão da promoção da saúde passa a considerar os determinantes estruturais, como desemprego, saneamento básico, violência e acesso à educação de qualidade, como elementos que impactam a saúde. As ações preventivas visam especificamente evitar o surgimento de doenças e agravos, o que se configura válido, mas não necessariamente interfere nos determinantes sociais da saúde. A promoção da saúde busca medidas que aumentem o bem-estar geral e enfatiza a transformação das condições de vida e trabalho que influenciam a saúde. Ela envolve o fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com os vários determinantes da saúde, indo além de uma abordagem técnica e normativa para incluir a construção da capacidade de escolha e o uso do conhecimento com discernimento.

A diferenciação desses dois conceitos, de promoção e prevenção, foi fundamental para nossa análise das práticas do eixo 4 (Promoção de Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos) do PSE no município de Francisco Morato. Isto porque entendemos que promover a cultura de paz, cidadania e direitos humanos não se limita a questão de prevenção à violência, ênfase nos discursos de participantes dessa pesquisa, mas sim, a promoção, mobilização e articulação de ações que envolvam educar pessoas para que elas se engajem nos vários contextos educacionais e sociais, conscientes de seus direitos e responsabilidades, comprometidas em combater as injustiças sociais e em defender uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. E para que isso ocorra, é essencial assegurar-lhes amplo acesso à educação e aos demais direitos humanos, promovendo-lhes, assim, saúde.

Com base nas análises realizadas nesta pesquisa, observa-se a falta de informação e conhecimento sobre a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos entre os gestores, coordenadores e diretores da área da saúde e educação do município de Francisco Morato, os quais foram entrevistados.

Além da falta de repertórios sobre a temática, há uma predominância nos discursos das entrevistadas de uma concepção positivista da promoção da cultura de paz, atrelada à ausência de violência. Essa perspectiva irá se refletir nas ações que serão desenvolvidas e focadas no combate e prevenção à violência, como a tomada de medidas de segurança para melhorar a infraestrutura da escola ou ações com foco na prevenção da violência ou redução no uso de drogas.

A falta de capacitação e treinamento dos profissionais da saúde e da educação para abordarem a temática da promoção de cultura de paz, cidadania e direitos humanos com os estudantes, também se apresenta como um obstáculo para a definição, execução e avaliação de ações nessa temática.

Quanto aos métodos de avaliação das ações para a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, evidencia-se a falta de clareza no uso da avaliação pelo setor de gestão da saúde do município para aprimorar o eixo quatro, uma vez que não há a realização ou o recebimento da avaliação dessas ações que os profissionais da linha de frente realizam e, mesmo que recebam essas avaliações, eles não a transformam em um objeto de discussão para esta política, levando esses profissionais a desenvolverem maneiras informais de avaliação como expressões faciais e a frequência de estudantes na sala da coordenação. Todavia, a ausência

de formalidade na avaliação das ações pode resultar em intervenções genéricas e menos adaptadas, bem como dificultar o aprimoramento das ações devido à falta de comunicação de resultados e colaboração com os profissionais da gestão.

Esses dados terão um impacto na falta de repertório sobre a promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania entre a turma de alunos de uma escola estadual do município de Francisco Morato que participou da roda de conversa. É importante salientar que essa turma foi escolhida pelas dirigentes da escola para participar da pesquisa com a justificativa de ser a melhor turma da escola, com estudantes mais conscientes e capazes de refletir criticamente diversos assuntos. A ausência de repertórios nesse grupo para falar sobre promoção da cultura de paz, direitos humanos e cidadania revela que essa problemática não chega a ser elaborada com eles, o que também se fundamenta na ausência de direcionamento das ações desse eixo para eles, quando o Programa Saúde na Escola (PSE) propõe ações para todos.

É importante destacar que, por se tratar de um estudo qualitativo, mapeamos possíveis problemas que precisarão ser investigados mais a fundo em estudos futuros. Vale ressaltar que nem todas as pessoas envolvidas na gestão, coordenação e direção foram entrevistadas, e o impacto foi avaliado apenas em uma turma de uma escola no município, o que não representa uma amostra geral, sendo assim, uma limitação desta pesquisa.

Esta pesquisa mostra que há ainda muito a ser investigado quanto à implementação e aos avanços nas práticas que promovam a cultura de paz, cidadania e direitos humanos no município de Francisco Morato. Os resultados do estudo servem também como um convite para outras pesquisas acerca dessa temática.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boschi, H. “Cultura de paz”: gênese de uma fórmula entre discursos de guerra e violência. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 57, n. 2, p. 848–876, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651922>.

Brasil. Ministério da Educação. *Ataque às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. *Caderno temático do Programa Saúde na Escola: Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos [recurso eletrônico]* / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Acesso em: <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MjE3MQ==>.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 nov. 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446\\_11\\_11\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Rastreamento*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno\\_atencao\\_primaria\\_29\\_rastreamento.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atencao_primaria_29_rastreamento.pdf).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em:

[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf).

Carvalho, F. F. B. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. *Physis: Rev Saúde Coletiva*. 2015 [acesso em 2021 dez 1]; 25(4):1207-1227. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/physis/a/TTdz6ZMxbV7ft8L9KyxkPyr/?format=pdf\(=pt](https://www.scielo.br/j/physis/a/TTdz6ZMxbV7ft8L9KyxkPyr/?format=pdf(=pt).

Corrêa, Rosângela Azevedo. Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas. *Linhas Críticas*, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 158–160, 2003. DOI: 10.26512/lc.v9i16.3159. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3159>. Acesso em: 7 fev. 2024.

Czeresnia, D. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

Czeresnia, D. The concept of health and the difference between promotion and prevention. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4): 701-710, 1999.

Dantas, Savana Karoline Farias. Cultura de paz e direitos humanos na resolução de conflitos pela sociedade civil. 2015. [Incluir mais detalhes, pois é uma tese].

Dusi, M.; Araújo, C.; Neves, M. Cultura da Paz e Psicologia escolar no contexto da instituição educativa. *Psicologia Escolar e Educacional*, Itatiba, SP, v. 9, n. 1, p. 135-145, 2005.

Dupret, Leila. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 91-96, jun. 2002.

Fraga, A. B. et al. Curso de extensão em promoção de saúde para gestores do SUS com enfoque no Programa Academia da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde; Fundação Universidade de Brasília. CEAD/UnB, 2013. 144 p.

Francisco Morato (município). Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Francisco Morato 2022-2025. Francisco Morato, 2022. Disponível em: <https://www.franciscomorato.sp.gov.br/arquivos/pmsa.pdf>.

Gorczewski, Clovis; Tauchen, Gionara. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. In Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormais. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>.

Martins, André Amorim et al. Revisão Sistemática Sobre a Produção da Paz. *Psicol. Ensino & Form.*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-77, 2016. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-20612016000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612016000100007&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 07 fev. 2024. <http://dx.doi.org/10.21826/2179-58002016717077>.

Méllo, R. P., Silva, A. A., Lima, M. L. C., & Paolo, A. F. Di. (2007). Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 26-32.

Minayo, M. C. de L. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disque 100: 2023 registra aumento de cerca de 50% para violência nas escolas em comparação a 2022. Gov.Br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/disque-100-2023-registra-aumento-de-cerca-de-50-para-violencia-nas-escolas-em-comparacao-a-2022>

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. Revista Temas em Educação, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 8 fev. 2024.

Nascimento, V. L. V.; Tavanti, R.M.; Pereira, C. Q. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In.: Spink, M, J.; Brigagão, J. I. M.; Nascimento, V. L. V.; Cordeiro, M. P. (org). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014 - pag. 135).

Patto, M. H. S. (2000). A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pereira, M. D., Pereira, P. L. G., Faria, R. D. G. S., Cordeiro, D. R., & Viegas, S. M. D. F. (2021). Ações intersetoriais entre a saúde e a educação: apontamentos para o programa saúde na escola. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310224>.

Soares, T. M. S.; Leite, M. C. L.; Meincke, S. M. K.; Ribeiro, J. P.; Gomes, G. C.; Silva, P. A. Sex education for teens: alliance between school and nursing/ healthcare. Revista Espaço para a Saúde, v. 16, n. 3, p. 47-52, 2015. Available from: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/espacoparasaude/article/view/20019>.

Spink, M. J. P. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

Tavanti, Roberth; Spink, Mary Jane. Ações locais e prevenção: um estudo com adolescentes que vivem em áreas de risco socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVII, n. 4, p. 213-232, out./dez. – 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/pFTThbx5vyDftNBFc5dBxXK/abstract/?lang=pt#>

Terris, M. Public health policy for the 1990s. *Ann. Review of Public Health*, 11: 39-51, 1990.

## APÊNDICE A – TCLE (TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO)

### PROFISSIONAIS DE SAÚDE E GESTORES - ENTREVISTA

Prezado(a),

O(A) senhor(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: “Avaliação, intervenção e formação em saúde: um estudo matricial sobre o SUS de Francisco Morato (SP) – Eixo Programa Saúde na Escola (PSE)” que tem por objetivo avaliar e propor intervenções na rede de saúde pública de Francisco Morato, e justifica-se para apoiar consecutivamente o planejamento de ações de acordo com as prioridades de saúde da população.

Esta pesquisa está sendo realizada com profissionais envolvidos na gestão, na Atenção Básica, serviços de referência, apoiadores da Atenção Básica, profissionais da educação, profissionais da assistência social e usuários que concordarem em participar de uma entrevista, que terá duração de cerca de 60 minutos. A conversa será gravada, para que o conteúdo possa ser gravado e analisado posteriormente. A entrevista será realizada em seu ambiente de trabalho ou em ambiente virtual por alunos do Programa de Especialização em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde e/ou pesquisadores do Instituto de Saúde.

Os riscos com essa pesquisa são mínimos, e não acarretarão em prejuízos para o seu trabalho. O(a) Sr (a). pode se sentir desconfortável em responder alguma pergunta, mas tem total liberdade de não responder ou interromper a entrevista em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para seu trabalho. A sua participação poderá ajudar a melhorar a rede de saúde de Francisco Morato.

O(A) senhor(a) tem a liberdade de não participar da pesquisa ou retirar seu consentimento a qualquer momento, mesmo após o início da entrevista, sem qualquer prejuízo para seu trabalho. Suas informações pessoais são sigilosas, ou seja, seu nome não será divulgado de maneira nenhuma e não será possível identifica-lo no seu ambiente de trabalho. O(A) senhor(a) não terá nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à sua participação na pesquisa. Ao final da pesquisa, os resultados serão apresentados aos gestores e profissionais do Serviço de Assistência Médica (SAME) do município de Francisco Morato.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo: Cláudia Malinverni, que pode ser localizada no Instituto de Saúde (telefone 11-3116-8516), das 8 às 16 horas, ou pelo e-mail claudia.malinverni@isaude.sp.gov.br. O(A) senhor(a) também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde – CEPIS sobre considerações ou dúvidas sobre a ética dessa pesquisa, pelo telefone 11-3116-8548, entre 9 e 16 horas, ou pelo e-mail cepis@isaude.sp.gov.br. O comitê de ética é um órgão colegiado que acompanha, avalia e valida todos os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos e garante a proteção aos participantes de pesquisas.

Sua participação é importante e voluntária e vai gerar informações que serão úteis para o conhecimento e entendimento das políticas de saúde do município.

Este termo será assinado em duas vias, pelo (a) senhor (a) e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder.

Concordo em participar:

\_\_\_\_\_ / / \_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do participante do diálogo deliberativo para a participação neste estudo.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 Nome do responsável pela entrevista - Assinatura do (a) pesquisador (a)

## **APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)**

### **ADOLESCENTES - GRUPO FOCAL/OFICINA**

Olá, estamos te convidando para participar de uma pesquisa que vai avaliar a rede de saúde de Francisco Morato. Somos do Instituto de Saúde e o projeto “Avaliação, intervenção e formação em saúde: um estudo matricial sobre o SUS de Francisco Morato (SP)” – Eixo 4 Programa Saúde na Escola (PSE) –, coordenado pela pesquisadora Cláudia Malinverni. O desenvolvimento desse projeto pode apoiar o planejamento de ações conforme as necessidades de saúde da população.

Esta pesquisa está sendo realizada com várias pessoas, profissionais envolvidos na gestão, na atenção básica, serviços de referência e apoiadores da saúde, bem como usuários, inclusive adolescentes, que concordarem em participar. Hoje estamos te convidando para participar como participante de um grupo focal/oficina, que é uma roda de conversa com atividade de escrita, que será realizado por alunas do Programa de Especialização em Saúde Coletiva do Instituto de Saúde e pesquisadores vinculados ao Instituto de Saúde, no dia 20 de outubro de 2023. Com duração de cerca de 120 minutos, a atividade será realizada no ambiente escolar.

Há poucos riscos com essa pesquisa, mas se você se sentir desconfortável em participar do grupo ou fazer quaisquer considerações, tem total liberdade de não participar ou interromper sua participação em qualquer momento, sem nenhum prejuízo. A sua participação poderá ajudar a melhorar a rede de saúde de Francisco Morato. É importante que você saiba que pode decidir não participar da pesquisa ou parar sua participação a qualquer momento, mesmo após o início do grupo focal, sem qualquer prejuízo. Seus dados pessoais são sigilosos, ou seja, seu nome não será divulgado de maneira nenhuma.

Não há nenhuma despesa e não há compensação financeira relacionada à participação na pesquisa. Ao final da pesquisa, os resultados serão apresentados aos gestores e profissionais do Serviço de Assistência Médica (SAME) do município de Francisco Morato.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo: Cláudia Malinverni, que pode ser localizada no Instituto de Saúde (telefone 11 3116-8516), das 8 às 16 horas, ou pelo e-mail [claudia.malinverni@isaude.sp.gov.br](mailto:claudia.malinverni@isaude.sp.gov.br). Você também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde – CEPIS sobre considerações ou dúvidas sobre a ética dessa pesquisa, pelo telefone 11 3116-8548, entre 9 e 16 horas, ou pelo e-mail [cepis@isaude.sp.gov.br](mailto:cepis@isaude.sp.gov.br). O comitê de ética é um órgão colegiado que acompanha, avalia e valida todos os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos e garante a proteção aos participantes de pesquisas.

Sua participação é importante e voluntária e vai gerar informações que serão úteis para o conhecimento e entendimento das políticas de saúde do município.

Este termo será assinado em duas vias, pelo (a) senhor (a) e pelo responsável pela pesquisa, ficando uma via em seu poder.

Concordo em participar:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 Assinatura do (a) participante

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do participante do diálogo deliberativo para a participação neste estudo.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 Nome do responsável pela entrevista - Assinatura do (a) pesquisador (a)

## **APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO/ROTEIRO PARA GESTÃO/PROFISSIONAIS DA SAÚDE (DIRETORIA/COORDENAÇÃO/TÉCNICOS DA UBS)**

### **BLOCO 1 (25 a 35 minutos)**

Esta é uma entrevista com três blocos de perguntas. O primeiro bloco de perguntas diz respeito ao processo de implementação do Programa Saúde na Escola (PSE) no território em que se localiza a instituição na qual você atua. As perguntas visam compreender o panorama geral desse programa de acordo com a sua experiência profissional. Vamos começar.

#### **1. Como o PSE é implementado na instituição/município em que você atua? (até 25 min)**

##### **a) Você conhece a história do PSE no município de Francisco Morato? (até 5 min)**

- i. Em caso afirmativo, pedir para descrever essa história de forma sucinta

##### **b) Como o PSE funciona no município de Francisco Morato? (até 10 min)**

- i. Como funciona o GTI - M de Francisco Morato?
- ii. Quem compõem este grupo?
- iii. Como o plano de adesão foi desenvolvido e o que nele constava?
  - i. Temos acesso?
- iv. Quais as escolas e unidades básicas de saúde do município que participam do PSE?
- v. Qual o papel da educação/escolas neste grupo?
- vi. Qual o papel dos profissionais da atenção básica neste grupo?
- vii. Qual o critério de inclusão ou exclusão destas instituições?
- viii. Qual o critério de escolha das ações do PSE a serem implementadas no município?
- ix. Como a gestão monitora estas ações?
- x. As escolas e unidades básicas de saúde têm autonomia para adequar as ações do PSE às demandas dos territórios onde estão inseridas?

- xi. Você pode nos contar um pouco como funciona o repasse financeiro para o programa?
    - i. Como o recurso é utilizado?
    - ii. Qual a autonomia do município para a utilização do recurso?
    - iii. Este recurso é destinado apenas para contratações profissionais?
    - iv. Você considera a quantia de repasse suficiente ou insuficiente? (Por quê?)
  - c) Por que o município só aderiu ao PSE no ano de 2018? **(até 2 min)**
  - d) Houve alguma mudança nos indicadores de saúde e educação após a implementação do programa no município? **(até 2 min)**
    - i. Em caso afirmativo, quais?
    - ii. Onde podemos obter esses dados?
  - e) Mudaria alguma coisa em relação ao processo de implementação ou ao programa em si? **(até 2 min)**
    - i. Em caso afirmativo, o quê e porquê ?
  - f) Qual seu nível de autonomia para promover essa mudança? **(até 2 min)**
  - g) Como se estabelece a relação entre os profissionais da escola e os profissionais da saúde? **(até 2 min)**
    - i. Como você avalia essa relação?
- 2. Conte de forma breve uma experiência positiva em relação à sua atuação ou participação no PSE (até 5 min)**
- 3. Conte de forma breve uma experiência negativa em relação á sua atuação ou participação no PSE e o que você faria para torná-la positiva (até 5 min)**

## **BLOCO 2 (13 a 15 minutos)**

Terminamos o primeiro bloco de perguntas. Agora, nós faremos perguntas específicas sobre dois eixos de implementação do PSE. O primeiro eixo será o Eixo II, que trata da promoção da saúde e prevenção de doenças.

4. **Como tem sido realizada a implementação do eixo II do PSE, que trata da promoção de saúde e prevenção de doenças, na escola em que você atua?**
- a. Quais das ações do PSE que você citou anteriormente têm sido desenvolvidas nesse eixo? **(até 3 min)**
  - b. Como vocês têm definido promoção da saúde nessas ações? **(até 3 min)**
    - i. Vocês têm feito uso da concepção de educação em saúde?
    - ii. Como vocês definem educação em saúde?
    - iii. Quais os principais métodos e estratégias de educação em saúde que estão sendo desenvolvidas?
    - iv. Quais os maiores desafios para implementar a educação em saúde?
    - v. Quais ações de Promoção da Saúde são prioritárias?
  - c. Como as prioridades do território são estabelecidas **(até 2 min)**
    - i. Como funciona o mapeamento?
  - d. As demandas são construídas em parceria? **(até 2 min)**
    - i. Há divisão de tarefas entre os setores durante o planejamento?
    - ii. Como é feita a comunicação entre os setores de educação e saúde?
  - e. Você acha que o PSE induz ações de PS na escola? **(até 3 min)**
    - i. Em caso afirmativo, você poderia dar exemplos?
    - ii. Em caso negativo, por quê?
    - iii. O que seria preciso fazer para melhorar/efetivar a indução dessas ações?
    - iv. Você poderia dar exemplos de como isso poderia ser feito?

### **BLOCO 3 (13 a 15 minutos)**

Terminamos o segundo bloco dessa entrevista. Agora iniciaremos o terceiro bloco que explorará o eixo 4 dessa política, Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos.

**5. Como você avalia a implementação do Eixo 4 do PSE, Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, na escola em que você atua?**

- a. Quais das ações do PSE têm sido desenvolvidas no âmbito da promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humano na escola? **(até 3 min)**
  - i. Descrever as ações caso não tenham sido descritas
  - ii. Há parcerias?
  - iii. Como essas parcerias foram estabelecidas?
- b. Como vocês tem definido promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos nessas ações? **(até 3 min)**
- c. Além das ações que estão sendo realizadas, há ações que estão sendo planejadas para esse eixo? **(até 2min)**
  - i. Você poderia descrevê-las brevemente?
  - ii. Há prazo para serem implementadas?
- d. Quando vocês passaram a planejar/executar ações para esse eixo especificamente? **(até 1 min)**
  - i. Por que nesse momento?
- e. Como vocês monitoram/ acompanham essas ações? **(até 2 minutos)**
  - i. É da mesma maneira que as de Promoção da Saúde?
- f. Vocês avaliaram ou planejam avaliar essas ações? **(até 2 min)**
  - i. Se sim, quais métodos estão sendo utilizados?
  - ii. Em caso negativo, por que não há avaliação?

Finalizamos nossa entrevista. Você gostaria de falar brevemente de algo relacionado a esse assunto que nós não perguntamos?

Obrigada

## **APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO/ROTEIRO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (DIRETORIA/COORDENAÇÃO/PROFESSORES)**

### **BLOCO 1 (20 a 30 minutos)**

Esta é uma entrevista com três blocos de perguntas. O primeiro bloco de perguntas diz respeito ao processo de implementação do Programa Saúde na Escola (PSE) no território em que se localiza a instituição na qual você atua. As perguntas visam compreender o panorama geral desse programa de acordo com a sua experiência profissional. Vamos começar.

- 6. Como o PSE é implementado na instituição em que você atua? (até 10 min)**
  - a. Como são planejadas as ações a serem implementadas?
  - b. Quais os critérios utilizados nesse planejamento?
  - c. Quais as dificuldades que você identifica em relação à implementação do PSE no seu território?
  - d. Quais as conquistas que você identifica em relação à implementação do PSE no seu território?
  - e. Mudaria alguma coisa em relação ao processo de implementação ou ao programa em si?
  - f. Qual seu nível de autonomia para promover essa mudança?
  - g. Como se estabelece a relação entre os profissionais da escola e os profissionais da saúde?
  - h. Como você avalia essa relação?
  
- 7. Conte uma experiência positiva em relação à sua atuação ou participação no PSE (até 10 min)**
  
- 8. Conte uma experiência negativa em relação à sua atuação ou participação no PSE e o que você faria para torná-la positiva (até 10 min)**

### **BLOCO 2 (10 a 15 minutos)**

Terminamos o primeiro bloco de perguntas. Agora, nós faremos perguntas específicas sobre dois eixos de implementação do PSE. O primeiro eixo será o Eixo II, que trata da promoção da saúde e prevenção de doenças.

#### **9. Como tem sido realizada a implementação do eixo II do PSE, que trata da promoção de saúde e prevenção de doenças, na escola em que você atua?**

- f. Quais das ações do PSE que você citou anteriormente têm sido desenvolvidas nesse eixo? **(até 3 min)**
- g. Como vocês têm definido promoção da saúde nessas ações? **(até 3 min)**
  - i. Vocês têm feito uso da concepção de educação em saúde?
  - ii. Como vocês definem educação em saúde?
  - iii. Quais os principais métodos e estratégias de educação em saúde que estão sendo desenvolvidas?
  - iv. Quais os maiores desafios para implementar a educação em saúde na escola?
- h. Como as ações propostas no eixo de promoção da saúde se articulam com os objetivos pedagógicos da escola? **(até 2 min)**
  - i. Foi necessário mudar algum desses objetivos em função dessa articulação?
- i. Como se dá a participação dos estudantes da escola no PSE? **(até 2 min)**
  - i. A opinião/visão dos alunos é considerada no planejamento e na execução de atividades no ambiente escolar?
  - ii. Em caso afirmativo, descreva os meios pelos quais isso é efetivado.
  - iii. Em caso negativo, justifique o porquê de não ser realizado?
- j. Há interação entre estudantes e educadores? **(até 2 min)**
  - i. Em caso afirmativo, você pode descrever como essa interação acontece?

- ii. Em caso negativo, você poderia dizer o porquê de não acontecer?
- k. Você acha que o PSE induz ações de PS na escola? **(até 3 min)**
  - i. Em caso afirmativo, você poderia dar exemplos?
  - ii. Em caso negativo, por quê?
  - iii. O que seria preciso fazer para melhorar/efetivar a indução dessas ações?
  - iv. Você poderia dar exemplos de como isso poderia ser feito?

### **BLOCO 3 (10 a 15 minutos)**

Terminamos o segundo bloco dessa entrevista. Agora iniciaremos o terceiro bloco que explorará o eixo 4 dessa política, Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos.

#### **10. Como você avalia a implementação do Eixo 4 do PSE, Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos, na escola em que você atua?**

- a. Quais das ações do PSE que você citou anteriormente têm sido desenvolvidas no âmbito da promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humano na escola? **(até 3 min)**
  - i. Descrever as ações
  - ii. Há parcerias?
  - iii. Como essas parcerias foram estabelecidas?
- b. Como essas ações se articulam com os objetivos pedagógicos da escola? **(até 2 min)**
  - i. Foi necessário mudar algum desses objetivos para essa articulação?
- c. Como vocês tem definido promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos nessas ações? **(até 2 min)**
- d. Além das ações que estão sendo realizadas, há ações que estão sendo planejadas nesse sentido? **(até 3 min)**
  - i. Você poderia descrevê-las?
  - ii. Há prazo para serem implementadas?

- e. Quando vocês passaram a planejar/executar ações para esse eixo?  
**(até 2 min)**
  - i. Por que nesse momento?
- f. Vocês avaliaram ou planejam avaliar essas ações? **(até 3 min)**
  - i. Se sim, quais métodos estão sendo utilizados?
  - ii. Em caso negativo, por que não há avaliação?

Finalizamos nossa entrevista. Você gostaria de falar brevemente de algo relacionado a esse assunto que nós não perguntamos?

Obrigada



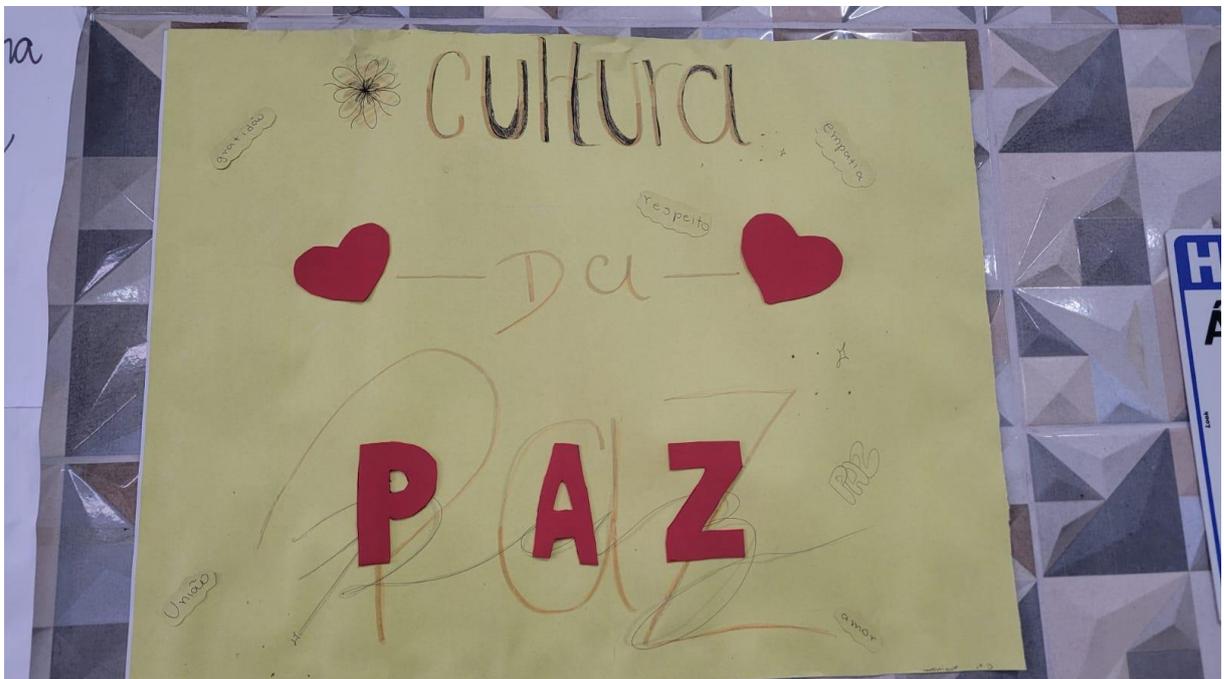
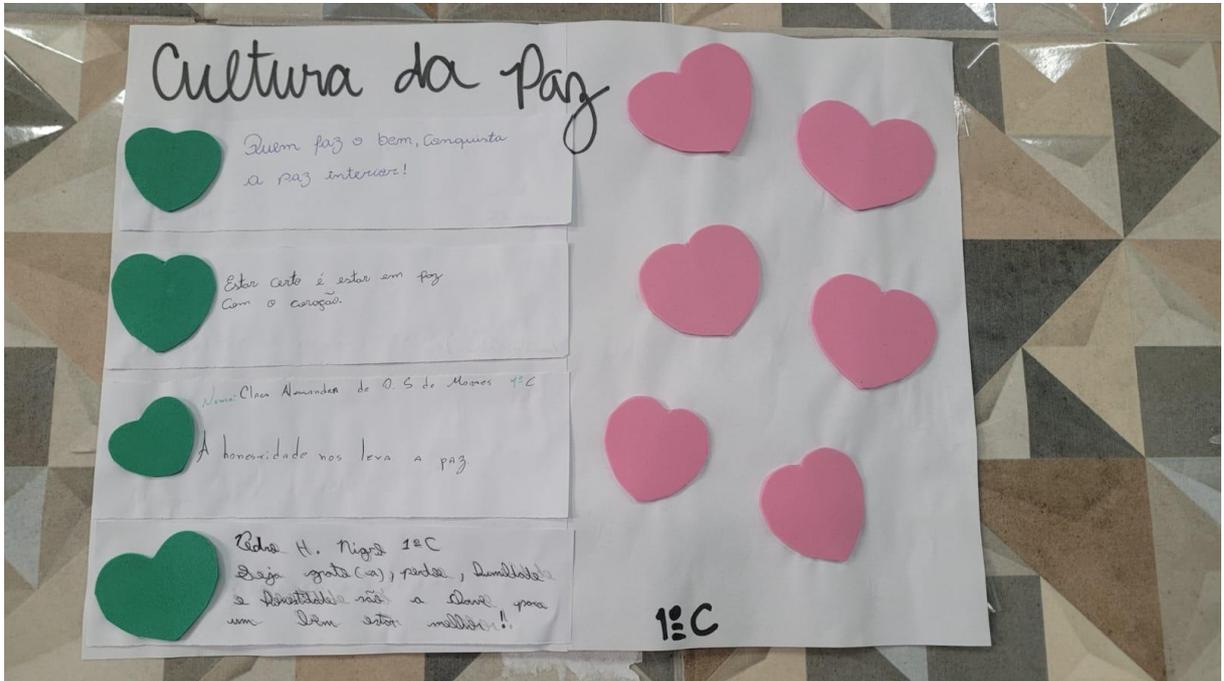


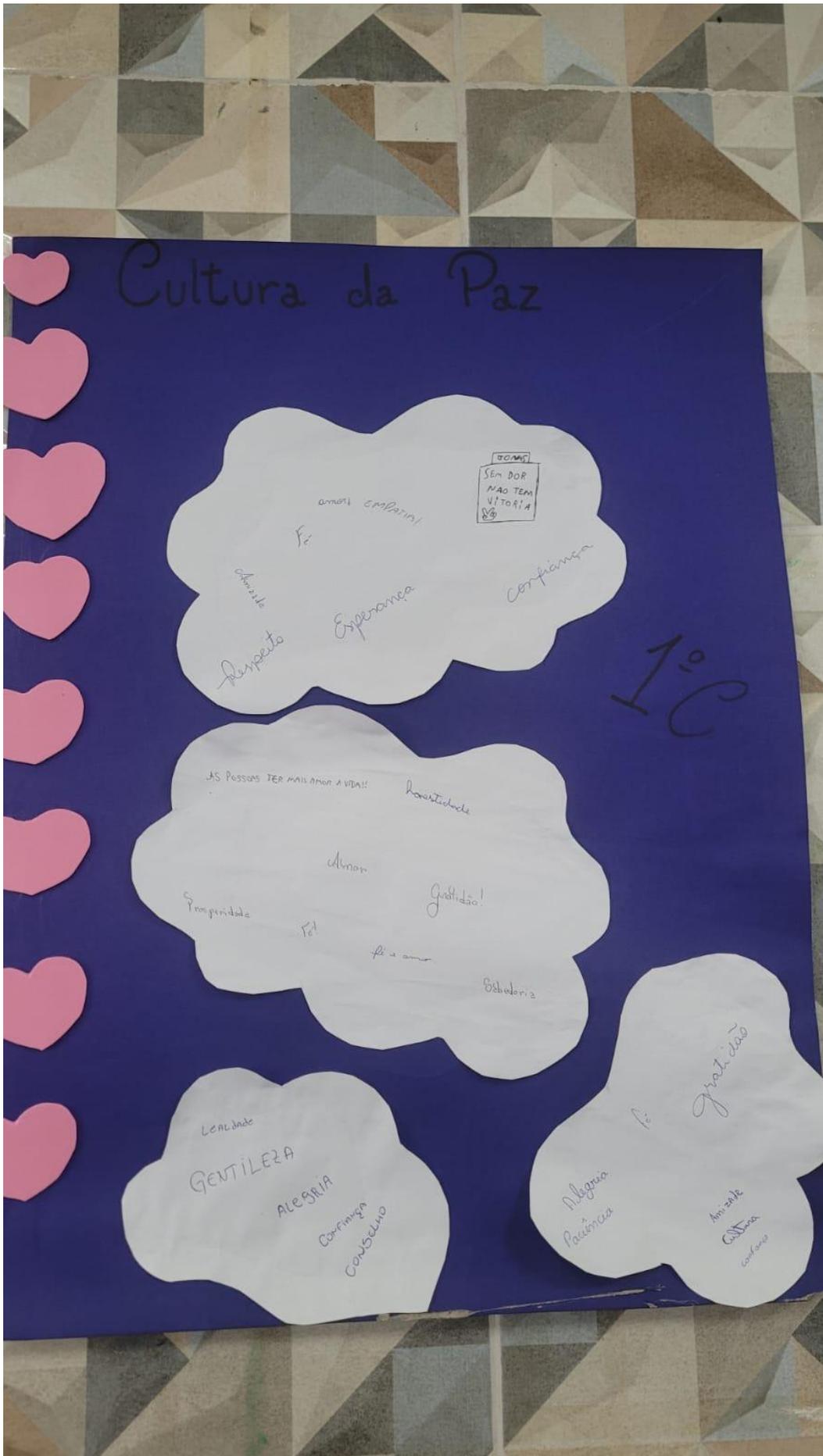






## ANEXOS A - CARTAZES DE PROMOÇÃO DE CULTURA DE PAZ





# Cultura da Paz

amor, lealdade, Perseverança, humildade  
repetir

A PAZ É A ÚNICA FORMA DE  
MOS SENTIRMOS REALMENTE  
HUMANOS,

Terendo paz conseguimos ser  
felizes e ter bastante felicidade

DICA: CHORAR ALIVIA DORAS, RESOLVE,  
A DOR QUE VOCÊ ESTÁ SENTINDO  
NÃO CHEGA NEM PERTO DA ALE-  
GRIA QUE ESTÁ POR VIR.

A PAZ É A ÚNICA FORMA DE  
MOS SENTIRMOS REALMENTE  
HUMANOS,

Se o interior estiver  
com paz o exterior  
também é feliz

A Paz é feita aqui  
sem palavras e sem  
um boa vontade e Paz  
há em todos

Deixe uma semente de Paz

Intelle Curióso do Paz

Quando se tem paz não há dor que  
não seja dor  
não há dor que não seja dor que não seja dor

# Cultura da Paz

Quando o coração está cheio de amor, a alma se enche de paz.  
Mora, Peterson, Leiji de Sousa, Jenevra 19C

Amo quem não se ama, não julgo quem se julga e não retolho quem se retolha.  
Mora, P. 2

Viva para se sentir bem e depois não olhar para trás e se arrependar.  
Kenny, Lorraine 19C

A paz começa comigo.  
Márcia Oliveira

LETICIA C 19C  
O AMOR GERA PAZ

Comunidade Terceira Idade 19C  
A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos!

Cente no que a vida planejou para você.  
Márcia B

A paz é a única forma de nos sentirmos realmente humanos!

Antes de qualquer coisa, valorize sua paz!

Viva em Paz Intensamente  
Lidia 19C

A paz interior tem um custo, e se você, mas seus frutos são deliciosos.  
Lidia, Gabriela e de Souto 19C

Experimente felicidade em qualquer situação e o caminho para a paz interior!  
Lidia, Lorraine 19C

A busca pela paz interior é uma guerra, mas a vida na paz é a vitória.  
Lidia

Juntos somos mais fortes!!  
Lidia, Lorraine 19C

Viva a Paz com amor e confiança.  
Lidia, Lorraine 19C

Aproveite a Vida!  
Thalia 19C

VIDA MORTE E AMOR  
NAS MEMÓRIAS PAZ NA GUERRA  
SE JÁ QUERER O QUE TERIA MAIS VALOR DO PAZ NA TÊRA E MUITO AMOR

NINGUÉM PODE LHE TRAZER PAZ, A NÃO SER VOCÊ MESMO.

## ANEXOS B - DESENHOS DA ATIVIDADE DA RODA DE CONVERSA COM ESTUDANTES DE UMA E.E. DE FRANCISCO MORATO

Cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. Expressa a igualdade dos indivíduos perante a lei, pertencendo a uma sociedade organizada.



Os direitos humanos são os direitos básicos e  
fundamentais de todos os povos, garantindo sua  
dignidade, liberdade e igualdade



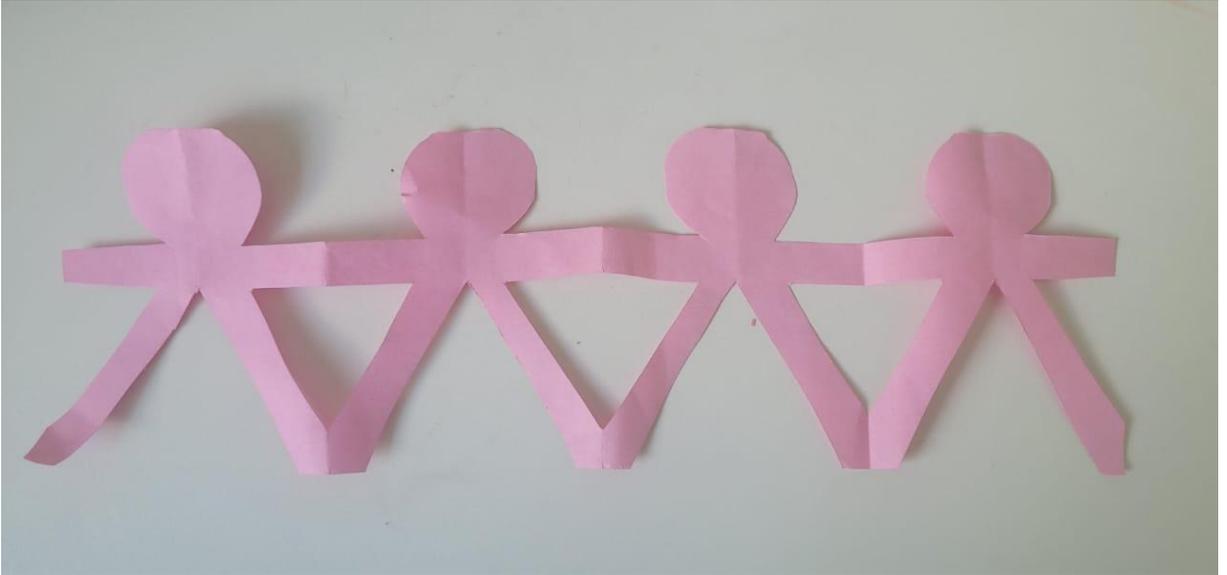
Artista  
Jonathan  
Jonas

Jonas  
36

up

CULTURA DA PAZ, É RESPEITAR A VIDA  
E A DIGNIDADE DE QUALQUER PESSOA,  
SEM DISCRIMINAR OU PREJUDICAR ALGUÉM.

EX: MODOS DE COMPORTAMENTO, RESOLVER  
CONFLITOS, ETC.



A cultura da paz significa fazer o bem sem olhar a quem.



É também promover harmonia e igualdade em um meio social.